



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

ATA N.º 1/2025

Sessão Ordinária Pública, de 26 de fevereiro de 2025

Local: Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PSD);
- Anaísa Pera Gonçalves (CHEGA);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PSD);
- David Martins (PS);
- Elsa Maria da Cruz Ribeiro (PSD);
- Gisela Sofia Viegas (PS);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PSD);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jovita de Fátima Romano Ladeira (PS);
- Luís Filipe Albino Silva (PS);
- Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe (PSD);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);

- Muriel Cristina Dias Neto (PSD);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PSD)
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PSD);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PSD);

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira (em substituição);
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS);
- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PSD);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CHEGA);
- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa.

--- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão pelas vinte e uma horas e onze minutos. -----

--- Começou por cumprimentar a Presidente da Câmara Municipal, vereadores, deputados municipais e presidentes de junta de freguesia, o público presente e os que assistiam àquela Assembleia Municipal através das redes sociais. -----

--- Referiu que tinham começado a sessão com atraso e que a demora se tinha devido ao facto de não ter sido possível iniciar a transmissão mais cedo.-----

--- Cumprimentou os funcionários da Biblioteca Municipal, o secretariado de apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal, os técnicos de informática, de som e imagem. -----

--- Informou que quanto à transmissão via Internet das reuniões dos órgãos autárquicos, de acordo com uma recomendação da Comissão Nacional da Proteção de Dados (CNPd), o público

presente e os colaboradores do Município que estavam a apoiar os trabalhos da Assembleia Municipal teriam de prestar uma autorização expressa.-----

--- Disse que naquela sessão tinham quatro pedidos de substituição, da Deputada Municipal Ana Cristina dos Santos Palmeira que tinha sido substituída por Luís Filipe Albino Silva, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa substituída por Elsa Maria da Cruz Ribeiro, o Deputado Municipal Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos substituído por Anaísa Pera Gonçalves e o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa que se tinha feito substituir pelo Secretário da Junta de Freguesia, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira. -----

--- Solicitou à **Primeira-Secretária, Deputada Municipal Maria Margarida Flores** que procedesse à chamada.-----

Presenças: Ana Rita Gonçalves Pacheco, Anaísa Pera Gonçalves, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Gisela Sofia Viegas, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, Jovita Fátima Romano Ladeira, Luís Filipe Albino Silva, Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e Sónia Margarida Correia Tomás.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** pediu à Segunda-Secretária, Muriel Dias, que fizesse a leitura da correspondência. -----

--- **A Segunda-Secretária Muriel Cristina Dias Neto** cumprimentou todos e informou os membros da Assembleia Municipal, que nos termos da alínea m) do artigo 7º do Regimento, desde a sessão anterior tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência:-----

--- «A ADA - Associação de Direito Administrativo remeteu convite para um seminário “Polícia Municipal Séc. XXI”, que se realizou no dia 17 de dezembro de 2024;-----

--- A Assembleia Municipal de Portimão remeteu a Proposta de Recomendação apresentada pela CDU e aprovada por Unanimidade na 5ª Sessão Ordinária de 2024; -----

--- A Assembleia da República remeteu o Relatório Final do Grupo de Trabalho – Freguesias;-----

--- A ASTA - Associação de Artes e Sabores de Tavira remeteu convite para o 23.º aniversário, que se realizou no dia 27 de dezembro de 2024; -----

--- A União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira remeteu convite para o evento “XXIX Encontro de Charolas 2025”, dia 1 de janeiro de 2025; -----

- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. remeteu proposta de Plano de Atividades e QUAR 2025; -----
- A Associação Nacional de Assembleias Municipais remeteu informação sobre pareceres emitidos pela assessoria jurídica da ANAM;-----
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P remeteu informação sobre a Despesa em I&D no Algarve que representa 0,49% do PIB da região e um crescimento de 51% face ao ano 2020;-----
- A Assembleia Municipal de Loulé remeteu convite para o II Encontro de Presidentes de Assembleias Municipais do Algarve realizado no dia 25 de janeiro; -----
- O Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Bispo convidou para a Sessão Solene da Assembleia Municipal de Vila do Bispo ocorrida em 22 de janeiro; -----
- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais convidou a participar no Encontro Mensal "Vez e Voz aos PAMS", que se realizou no dia 29 de janeiro;-----
- O Observatório Autárquico CESOP - Local para os Territórios Sustentáveis da Universidade Católica Portuguesa convidou a participar no Seminário Inovação & Desenvolvimento Local com o Município de Guimarães "A jornada climática de Guimarães: O caminho para a Capital Verde Europeia 2026", realizado em 30 de janeiro por videoconferência; -----
- A Key Impacte - Consultants for Dev, Lda. convidou a participar na avaliação sobre o impacto da Lei da Paridade em Portugal; -----
- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, convidou a participar no debate "A minha freguesia vai desagregar-se! e agora?", que se realizou no dia 10 de fevereiro; -----
- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, convidou a participar no Webinar sobre o Estatuto do Direito de Oposição, realizado no dia 12 de fevereiro; -----
- A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tavira enviou o Relatório Anual de Atividades de 2024; -----
- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, convidou a participar no Encontro Mensal "Vez e Voz aos PAMS", no dia 26 de fevereiro;-----
- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira, convida a estar na Missa em Honra de São José, que se realizará no dia 19 de março; -----
- A Comissão Coordenação Desenvolvimento Regional do Algarve I.P. informou sobre o lançamento do encarte "FUNDOS EUROPEUS NO ALGARVE - A Singularidade de uma Região"; -----
- O Partido Social Democrata (PSD) solicitou documentos; -----
- O Deputado Municipal Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos solicitou substituição para a sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2025; -----



--- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais convidou a participar na ação com o tema Protocolo Autárquico, que se realizou no dia 20 fevereiro; -----

--- A Comissão Coordenação Desenvolvimento Regional do Algarve I.P. enviou o ALGARVE: Agricultura e Pescas - UADR + UIIAP - Balanço da atividade em 2024; -----

--- A Deputada Municipal Ana Cristina dos Santos Palmeira solicitou substituição para a sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2025; -----

--- O Partido Socialista remeteu um Voto de Congratulação – Clube Recreio e Desporto Santaluziense; -----

--- O Partido Socialista remeteu um Voto de Saudação ao processo de desagregação de freguesias e às freguesias da Luz de Tavira, Santo Estêvão, Conceição e Cabanas; -----

--- O Partido Socialista remeteu um Voto de Desagravo_ Partido Chega; -----

--- A AEIPS - Associação para o Estudo e Integração Psicossocial convida para a Conferência Internacional Saúde Mental Comunitária: Desinstitucionalização, Diversidade e Inclusão que se realizará nos dias 25 a 27 de março; -----

--- A Deputada Municipal Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa solicitou substituição para a sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2025.»-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou sobre o modo como a Assembleia Municipal iria decorrer.-----

--- Iriam iniciar com a votação da ata da sessão de 11 de dezembro de 2024.-----

--- No período Antes da Ordem do Dia iriam ter a apresentação de um Voto de Congratulação, um Voto de Saudação e um Voto de Desagravo. Posteriormente teriam as intervenções das senhoras e senhores deputados municipais sobre assuntos que não fizessem parte da Ordem do Dia e seguidamente teriam as informações prestadas pela Presidente da Câmara Municipal, a Ordem do Dia, e a intervenção do público. -----

--- Alertou o público que pretendesse intervir que poderia fazê-lo inscrevendo-se para tal até ao final do período Antes da Ordem do Dia. Relembrou que não poderiam intervir sobre assuntos que fizessem parte da Ordem do Dia bem como as intervenções não deveriam de ser superiores a três (3) minutos.-----

--- Pensava que todos os deputados municipais tinham recebido a ata relativa à Sessão de 11 de dezembro 2024. -----

--- **Colocou à votação a ata da Assembleia Municipal Ordinária realizada em 11 de dezembro de 2024, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na Sessão a que dizia respeito: Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Cruz Ribeiro,**

Gisela Sofia Viegas, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Luís Filipe Albino Silva, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e Sónia Margarida Correia Tomás. -----

--- **Passou ao Voto de Congratulação: “Clube Recreio e Desporto Santaluziense”** apresentado pela Bancada do Partido Socialista (PS) pedindo ao Líder de Bancada, Deputado Municipal José Graça, que apresentasse ou indicasse quem apresentaria aquele Voto. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** cumprimentou o Presidente e membros da Assembleia, a Presidente da Câmara Municipal e público que acompanhava.-----

--- Saudou os membros da Câmara Municipal e todos os serviços de apoio à realização da Assembleia Municipal. -----

--- Disse que a apresentação do Voto de Louvor seria efetuada pelo Deputado Municipal Nuno Mateus.-----

--- **O Deputado Municipal Nuno Mateus** cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal e restantes membros da Assembleia Municipal, o publico presente e o que assistia em casa, bem como os funcionários da Câmara Municipal.-----

--- Procedeu à leitura do Voto apresentado pela Bancada do PS:-----

--- *«Clube Recreio e Desporto Santaluziense»*-----

--- *A formação de juniores da coletividade tavirense Clube Recreio e Desporto Santaluziense sagrou-se campeão da Liga Algarve Futsal Juniores Masculinos, consolidando o seu ascendente na competição, após dominar a 2.ª fase do Play-Off a equipa do Portimonense.* -----

--- *Nesta competição dinamizada pela Associação de Futebol do Algarve, as diversas equipas do clube de Santa Luzia têm vindo a demonstrar através dos resultados obtidos os frutos de um trabalho desenvolvido nesta modalidade de forma séria e sustentável, coroando com sucesso o empenhamento dos órgãos sociais, das equipas técnicas e praticantes de Futsal.*-----

--- *Nesta, como noutras modalidades que obtiveram resultados brilhantes nas mais diversas competições ao longo dos últimos meses, tornam-se evidentes os resultados decorrentes do investimento contínuo do Município de Tavira na promoção da atividade desportiva e recreativas, não só através do Programa de Promoção da Atividade Física e dos apoios financeiros atribuídos às modalidades amadoras, mas também na conservação e manutenção das infraestruturas desportivas do Município e das entidades parceiras.* -----

--- Sublinhamos, pela sua recente conclusão, a substituição do relvado sintético do Campo de Jogos do Ginásio Clube de Tavira, bem como à demolição da bancada central e instalação de bancada amovível permitindo a sua plena utilização pelos clubes do concelho e melhorando as condições para os assistentes. -----

--- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 26 de fevereiro de 2024, delibera:

--- 1. Aprovar um Voto de Congratulação pelos êxitos desportivos da Clube Recreio e Desporto Santaluziense, felicitando os seus desportistas e familiares, equipas técnicas, dirigentes e associados e adeptos. -----

--- 2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à direção do Clube Recreio e Desporto Santaluziense, e para conhecimento a divulgação à Câmara Municipal de Tavira e à Associação de Futebol do Algarve, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.» -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** cumprimentou os membros da Assembleia e Executivo Municipal, os presidentes de junta de freguesia, os funcionários do Município que ali estavam, o público presente e o que estava a assistir em casa. -----

--- Disse que tinham de se congratular com o feito do Santaluziense, dos juniores, e tudo o que estava relacionado com o desporto porque tudo o que fosse formação das camadas jovens e da prática desportiva sendo de louvar quando eram conquistados todos aqueles resultados pelo que se associavam àquele Voto de Congratulação. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou o Voto de Congratulação ao Clube Recreio e Desporto Santaluziense à votação, que foi aprovado por unanimidade e que se encontra em anexo à presente ata como documento número um. -----**

--- **Passou ao Voto de Saudação: “Saudação ao processo de desagregação de freguesias e às freguesias da Luz de Tavira, Santo Estevão, Conceição e Cabanas”** apresentado pela Bancada do PS, dando a palavra ao Deputado Municipal José Graça para que indicasse quem iria proceder à sua apresentação. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que dada a relevância do tema em apreço, convidava o Presidente da Assembleia Municipal a apresentar o Voto de Saudação. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à leitura do Voto de Saudação “Saudação ao processo de desagregação de freguesias e às freguesias da Luz de Tavira, Santo Estevão, Conceição e Cabanas”: -----

--- «Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tavira saúdam a aprovação na Assembleia da República da reposição de 302 freguesias por desagregação de uniões de freguesias criadas pela reforma administrativa de 2013, que contou na altura com a oposição

imediate ao processo de agregação por parte dos autarcas do PS e que teve agora os votos favoráveis do PS, PSD, BE, PCP, Livre e PAN, e ainda do CDS-PP, o voto contra da Iniciativa Liberal (IL) e a abstenção do Chega na generalidade, na especialidade e em votação final global. -----

--- Esta aprovação só foi possível, porque no anterior Governo do Partido Socialista foi aprovada a Lei 39/2021 de 24 de junho, que possibilita a criação, modificação e extinção de freguesias. -----

--- No nosso concelho, manifestamos a nossa enorme satisfação pela aprovação das desagregações das freguesias da Luz de Tavira e de Santo estevão e da Conceição de Tavira e Cabanas de Tavira, e reconhecemos o trabalho determinado e competente de todos os envolvidos na preparação e apoio nos respetivos processos administrativos e das aprovações por unanimidade que aconteceram nas respetivas Assembleias de Freguesia e nesta Assembleia Municipal, que nos termos da lei, eram as entidades intervenientes no processo. -----

--- Saudamos a posição pública de congratulação à população destas freguesias, emitida por parte executivo municipal liderado pela presidente Ana Paula Martins, de ter sido respeitada a vontade das populações de recuperarem a sua autonomia territorial e administrativa e a afirmação de que a proximidade de resposta aos cidadãos é a melhor forma de uma democracia que se quer atual e participativa. -----

--- No dia de hoje, em que após conhecido o Veto ao processo do Senhor Presidente da República, se sabe que o mesmo vai ser reapreciado na Assembleia da República no próximo dia 5 de março, e face às posições que os partidos políticos já assumiram publicamente no sentido da confirmação do diploma vetado e assim se garantir a aprovação final e a obrigatória promulgação pelo Senhor Presidente da República, queremos enaltecer e saudar a posição imediata do Partido Socialista, que antes de todos, foi a primeira força política no Parlamento a afirmar que iria confirmar o diploma para que ele possa entrar em vigor, cumprindo-se a vontade das populações. -----

--- A Assembleia Municipal, reunida na sua sessão de 26 de fevereiro, delibera: -----

--- 1. Aprovar um Voto de Saudação ao processo de desagregação de freguesias e às Freguesias da Luz de Tavira, Santo Estevão, Conceição de Tavira e Cabanas de Tavira;-----

--- 2. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta aos Senhores Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Presidentes dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República e, para conhecimento e divulgação à Câmara Municipal de Tavira, às juntas das Freguesias e Uniões de Freguesia do concelho de Tavira e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.» -----



--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que a Bancada do Partido Social Democrata (PSD) desde a primeira hora que eram a favor da desagregação das freguesias e considerava que tal tinha sido bem claro.-----

--- Pretendia acrescentar que não percebiam como é que o Presidente da Assembleia Municipal estava a apresentar um voto do Partido Socialista (PS), quando era o Presidente da Assembleia Municipal, o que requeria neutralidade, pelo que se estivesse a apresentar um voto conjunto faria todo o sentido, não um voto do PS porque o Presidente da Assembleia Municipal era ali um representante neutro cuja função era a de conduzir os trabalhos. -----

--- Outra das questões que gostavam de colocar relativamente ao voto, referia-se ao que passava a ler: “... saudamos a posição pública de congratulação à população destas freguesias emitida por parte do Executivo Municipal liderado pela Presidente Ana Paula Martins...”. Assim gostava de questionar a Presidente da Câmara Municipal sobre qual o apoio que tinha dado aos dois grupos informais que se tinham formado para a desagregação das freguesias.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, distinta Mesa, deputados municipais, vereadores, público, trabalhadores do Município e da Biblioteca Municipal e quem estava a assistir via online.-----

--- Disse que a Câmara Municipal liderada por si, Ana Paula Martins, tinha dado o apoio que lhe tinha sido solicitado, sendo certo que os processos tinham sido instruídos pelas juntas e freguesias e não pelas câmaras municipais. Tinha tentado ajudar no que lhes tinha sido pedido.-

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que era precisamente ao que se estava a referir pois tinham conhecimento que um daqueles grupos informais, nomeadamente da separação da Conceição e Cabanas, tinha solicitado, por escrito, ao Município ajuda para a elaboração do estudo de viabilidade económica das duas freguesias separadas e até à presente data aguardavam resposta do Município. -----

--- A União de Freguesias de Santo Estevão e Luz de Tavira tinha elaborado aquele estudo por iniciativa própria e de acordo com a contabilidade da Junta de Freguesia, pelo que, provavelmente a ajuda do Município teria sido a de remeter os documentos para a Assembleia da República.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que antes de colocar o Voto a votação, pretendia explicar que estava naquela Assembleia Municipal porque era Deputado Municipal eleito pelo PS, que tinha sido eleito por uma força política apesar da sua conduta relativamente ao funcionamento da Assembleia Municipal, que pensava ser o mais isento possível.-----

--- Verificando não existirem pedidos de intervenção, colocou o Voto de Saudação: *“Saudação ao processo de desagregação de freguesias e às freguesias da Luz de Tavira, Santo Estevão, Conceição e Cabanas”* a votação, que foi aprovado por maioria com vinte e seis votos a favor dos deputados municipais Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, David Martins, Gisela Viegas, Jorge Silva, José Graça, José Manuel Guerreiro, Jovita Ladeira, Luís Filipe Silva, Maria Manuela Romão, Maria Margarida Flores, Nuno Diogo, Nuno Leonel Mateus e Sérgio Pereira, Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Elsa Ribeiro, Jorge Cruz, Jorge Corvo, Maria Dulce Filipe, Muriel Dias Neto, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Silvino Oliveira e Sónia Tomás e uma abstenção da Deputada Municipal Anaísa Gonçalves e que se encontra em anexo à presente ata como documento número dois. -----

--- Disse que tinham ainda um Voto de Desagravo: *“Contra o Sectarismo e Discriminação Veiculados pela Bancada do Partido Chega, na Sessão Plenária da Assembleia da República, ocorrida no dia 13 de fevereiro de 2025”* apresentado pela Bancada do PS. -----

--- O Deputado Municipal José Graça, Líder de Bancada, referiu que quem iria fazer a apresentação do Voto de Desagravo era a Deputada Municipal Jovita Ladeira. -----

--- A Deputada Municipal Jovita Ladeira cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, os colegas deputados municipais e todos os que seguiam presencialmente ou pelas Redes Sociais. -----

--- Procedeu à leitura do Voto de Desagravo *“Contra o Sectarismo e Discriminação Veiculados pela Bancada do Partido Chega, na Sessão Plenária da Assembleia da República, ocorrida no dia 13 de fevereiro de 2025”*: ----- :

--- «Temos vindo a assistir a condutas praticadas por aqueles cuja agenda política é só uma: corroer, descredibilizar e minar a confiança nas instituições democráticas com o objeto final de as fazer implodir. É uma Direita Radical e Populista que assume posições Xenófobas, Racistas e Sectárias. -----

--- Quem acredita nos princípios e valores da Democracia não pode ficar indiferente a esta deriva oculta numa ténue cortina de fumo. -----

--- Por considerarmos extremamente grave o que se passou na Sessão Plenária da Assembleia da República no passado dia 13 de fevereiro, em que uma Deputada do Partido Socialista, legitimamente eleita, foi vilmente ofendida por outra deputada do Grupo Parlamentar do Chega, por ser portadora de deficiência física; -----

--- Por, depois deste soez ataque, as ofensas terem sido continuadas, por vários outros deputados do mesmo Grupo Parlamentar, que – de forma audível - escalaram e estenderam, para níveis



inaceitáveis e desprezíveis, o ataque verbal não só à deputada ofendida, mas também a outros parlamentares que, entretanto, saíram em sua defesa; -----

--- Por, ao ofenderem uma Parlamentar competente – que se constitui como exemplo por se dedicar à causa pública, de forma íntegra e abnegada, apesar das condicionantes que lhe advêm do facto de ser portadora de deficiência física – estarem a ofender todos os portadores de deficiência;-----

--- Por inundarem a Assembleia da República – que é por excelência o símbolo máximo do Estado Democrático – de injúrias e de indignidades que frequentemente resvalam para questões de carácter em violação da própria Constituição da República Portuguesa;-----

--- Por, como políticos de maior proximidade, termos a percepção do quanto o episódio ocorrido chocou a esmagadora maioria da nossa população;-----

--- Por o Poder Local Democrático ser, na maioria das vezes, exemplo de criação de políticas públicas inclusivas e devermos todos pugnar por políticas públicas ativas no respeito das pessoas com deficiência; -----

--- Por tudo isto ser verdadeiramente inaceitável em qualquer assembleia democrática, seja ela escrutinadora do poder local ou do governo do país, mas absolutamente interdito na casa da Democracia, que é, por natureza, a casa do Povo português; -----

--- Por não querermos voltar a sentir a vergonha alheia sentida pela baixeza do nível que atingiu o debate parlamentar nesse dia; -----

--- Por este conjunto de razões, mas também pelas que – tamanha é a indignidade do comportamento da Deputada, em particular, e do Grupo Parlamentar do Chega, em geral – são dizíveis, mas que têm de ser travadas; -----

--- Finalmente porque todos somos responsáveis pela maturidade, qualidade e dignidade da Democracia, impõe-se que os autarcas deste país se manifestem contra o sucedido e exijam ao senhor Presidente da Assembleia da República um pedido de desculpas aos Portugueses.-----

--- Assim, a bancada do Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal se manifeste, através da votação favorável deste Voto de Desagravo e que, posteriormente, a faça chegar ao Senhor Presidente da Assembleia da República e aos demais Grupos Parlamentares, como forma de dar corpo ao que, acreditamos, serem os sentimentos de vergonha, de embaraço e de absoluta discordância que perpassam pela esmagadora maioria da população do nosso concelho face ao ocorrido, no dia 13 de fevereiro de 2025, no Parlamento, exigindo que o Presidente da Assembleia da República apresente um pedido de desculpa pelo sucedido, ao Povo português.»-----

--- **A Deputada Municipal Anaísa Gonçalves** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, a Presidente da Câmara e Executivo Municipal, presidentes de junta de freguesia, público presente e quem acompanhava via *online*. -----

--- Disse que pretendia solicitar um esclarecimento ao Presidente da Assembleia Municipal que perante a apresentação por parte da Bancada do Grupo Municipal do PS, daquele Voto de Desagravo e a sua submissão a votação, lhe competia questionar o Presidente da Assembleia, no exercício das suas funções, se concordava com a admissão daquele documento para ser submetido à consideração daquela Assembleia Municipal para votação uma vez que, salvo melhor entendimento, a proposta do PS não preenchia os pressupostos legais patentes no n.º 2, alínea c) do art.º 23.º e no n.º 2 do art.º 26.º do atual e vigente Regimento da Assembleia Municipal de Tavira e, ainda, na opinião do Chega, estava em claro desrespeito com o princípio da especialidade patente no art.º 82.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro. -----

--- Para concluir, disse que a pergunta que colocavam ao Presidente da Assembleia Municipal era se considerava que aquela votação do Voto proposto pelo PS tinha cabimento legal perante aquele Órgão Local e se ao levar a proposta a votos estava ciente do precedente que estava a permitir na medida em que, no futuro, qualquer grupo municipal ali representado poderia apresentar todo o tipo de propostas para votação sobre um motivo corrente da Assembleia da República, colocando sempre em causa o exercício das funções do Presidente da Assembleia da República e, ainda, que estava a acompanhar aquela ação concertada do PS. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que devido à rapidez não tinha conseguido fixar tudo o que a Deputada Municipal Anaísa Gonçalves lhe tinha dito. -----

--- **A Deputada Municipal Anaísa Gonçalves** referiu que se tratava de uma questão simples, que era se o Presidente da Assembleia Municipal considerava que aquele Voto do PS era admissível de ser levado a votação perante o Regimento da Assembleia Municipal e o art.º 82.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, se a Assembleia Municipal tinha competência para deliberar sobre um assunto do quotidiano da Assembleia da República. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que tinha ideia de que sim na medida em que a Assembleia Municipal era soberana. Tinha sido apresentado um Voto por um Grupo Parlamentar pelo que iria colocá-lo a votação. -----

--- **A Deputada Municipal Anaísa Gonçalves** disse que naquele sentido, sendo aquela a posição do Presidente da Assembleia Municipal, pretendia pedir para que fossem distribuídos os documentos que possuía de modo a fazer exercício do direito de resposta àquele Voto. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** autorizou a distribuição dos documentos. -----



--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** cumprimentou o Presidente da Assembleia, a Presidente da Câmara Municipal e os deputados municipais.-----

--- Disse que primeiramente pretendia referir que estavam completamente a favor daquele Voto de Desagravo, tendo apenas como questão o título do mesmo. -----

--- Acrescentou que queria deixar uma palavra de apoio e saudação à Deputada Ana Sofia Antunes que tinha sido vilmente insultada na sessão plenária e ainda que também tinha havido as menções tanto à Deputada Isabel Moreira como ao Deputado Filipe Melo que tinham andado a trautear um contra o outro. -----

--- Referiu ainda que não se tratava de defender ninguém em particular mas antes todos os democratas, pois eram livres de apresentar os votos que entendessem e, naquela caso, não se tratava de um Voto sobre algo que vigoraria, ou que iria alterar o que era a vigência ou competências da Assembleia da República sendo apenas um repúdio ao que tinha sido uma ação durante a Sessão Plenária pelo que considerava escusado estarem ali a tentar falar de competência ou falta dela porque se tratava apenas de repudiar as que tinham sido as palavras proferidas na Sessão Plenária em causa.-----

--- Terminou dizendo que o único que pedia ao PS era que alterasse o nome para Voto de Repúdio, sendo que da parte da sua bancada estava aprovadíssimo.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que, primeiramente pretendia informar o Presidente da Assembleia Municipal que não viam qualquer ligação da documentação solicitada para distribuição por parte da Bancada do Chega ao Voto de Desagravo que, obviamente, concordavam plenamente com o Deputado Artur Gomes no sentido de alterar o seu título para Voto de Repúdio.-----

--- Parecia-lhe impossível que naquela Assembleia Municipal, depois de tudo o que tinha acontecido, do que tinham assistido com as injurias e indignidades no debate parlamentar, as ofensas e a baixeza do diálogo, que ainda se defendesse o que tinha ocorrido. Pensava que enquanto verdadeiros democratas, que não populistas nem radicais, se tinham de sentir indignados com o que se tinha passado que colocava em causa a democracia e ainda, um conjunto de acontecimentos que tinham vindo a ocorrer que, naturalmente, tinham que os fazer pensar, alertar e tomar posições na defesa e no aprofundamento da democracia.-----

--- Terminou reiterando que alteravam o título do Voto para Voto de Repúdio.-----

--- **A Deputada Municipal Anaísa Gonçalves** disse que possivelmente na sua intervenção anterior não se tinha explicado bem e que tinha aguardado que os documentos fossem distribuídos para exercer o seu direito de resposta. -----

--- Dando continuidade ao que tinha dito anteriormente e analisando aquele Voto de Desagravo ou de Repúdio como o PS alterava o nome que, formalmente, também estava mais de acordo, considerava que tinha sido uma tentativa falhada, quase poética e de muito mau gosto, para atacar a terceira força política nacional apelidando-os de xenófobas, racistas, sectários, entre outros, sendo que quer no início, como no texto, primavam por ofender o Partido Chega com meras convicções dos autores do documento, sobre o que não iria desperdiçar o tempo de todos os presentes por considerar que não valia a pena e que ficariam a aguardar a prova cabal sobre o apontado. -----

--- Continuou dizendo que passando aos factos, no terceiro parágrafo do documento era dito, e citava *"A deputada do PS legitimamente eleita foi vilmente ofendida por outra deputada do grupo parlamentar do Chega por ser portadora de deficiência física."* Pensava que desde logo tinham ali a primeira grande mentira porque o que a Deputada do Chega tinha dito no seguimento da pergunta que lhe tinha sido colocada pela Deputada Ana Sofia Antunes, e citava *"É curioso também que a senhora Deputada Ana Sofia Antunes só consiga intervir em assuntos que envolvem, infelizmente, a deficiência."* Fonte: Canal ARTV de 13 de fevereiro de 2025. Assim, não tinha existido qualquer ataque vil da Deputada Diva Ribeiro do Partido Chega à Deputada Ana Sofia Antunes do PS. -----

--- A Deputada Isabel Moreira tinha dirigido ao Deputado Filipe Melo sucessivos ataques verbais tendo tido resposta pelos mesmos, ou seja, era factual que nada mais tinha sido dito à Deputada Ana Sofia Antunes, nas na redação do Voto afirmavam que não tinha acontecido, pelo que se desejassem também dispunha ali da transcrição, segundo a SIC Notícias, das palavras proferida em *"à parte"*. Ainda, sobre aquele momento, tinham que fazer o seguinte reparo: o Deputado do Chega, Filipe Melo, tinha um filho que era neurodivergente, pelo que lhes parecia óbvio que nunca iria fazer qualquer tipo de comentário depreciativo sobre deficiência à Deputada do PS sendo completamente mentira que os *"à parte"* tivessem sido dirigidos à Deputada Ana Sofia Antunes, mas antes à Deputada Isabel Moreira, pelo que aquele Voto de Desagravo ali apresentado era uma completa mentira não devendo de estar ali a gastar o tempo com ele e o Chega não deveria de estar ali a explicar factos, provas, bastando que tivessem visto as reportagens nos telejornais, tivessem lido um jornal e as transcrições das conversas caso não quisessem ver o vídeo na ARTV do dia 13 de fevereiro de 2025 porque, claramente, nenhum dos deputados municipais do PS tinha estado presente na Assembleia da República a assistir àquele Plenário e, ainda, dirigindo-se aos deputados municipais do PS, acrescentou que tal não tinha chocado a população mas antes quem tinha acreditado no PS durante cinquenta (50) anos de mentiras, falsas promessas e calúnias e, se o debate tinha atingido alguma indelicadeza ou como

preferiam, baixeza, apenas existia uma culpada que era a Deputada Isabel Moreira que, não sendo nada consigo, tinha iniciado aquela discussão com uma provocação dirigida ao Deputado Filipe Melo do Chega. -----

--- Acrescentou ainda que, considerando uma ofensa tão grande, gostava que analisassem o documento dois (2) que circulava em todas as redes sociais, que lhes tinha sido facultado, e que dissessem se eram aqueles os ofendidos, com aqueles lamentáveis gestos, e se ainda pensavam que o PS era exemplo para alguém. -----

--- Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal solicitou que quem tinha apresentado aquele Voto pedisse desculpa e, ainda, que o Presidente da Assembleia Municipal desafiasse os autores daquele documento a provarem o que tinham escrito no mesmo, incluindo as respostas e recorrentes indignidades que violavam a Constituição da República Portuguesa. Admitiu, desde logo, que não seria tarefa fácil chegar aos autores do documento uma vez que tinha sido identificado apenas por "*PS Secção Concelhia de Tavira, Grupo Parlamentar do PS em 23 de fevereiro de 2025*", mas principalmente porque conforme constava no seu parágrafo cinco (5) "*...estarem a ofender todos os portadores de deficiência...*" sendo que ninguém tinha prestado respeito ao único inocente chamado à conversa e que o seu pai tudo o que tinha feito, tinha sido reagir. Obviamente que se referia ao filho portador de deficiência do Deputado do Chega, Filipe Melo, porque daquele facto ninguém falava. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que mais grave do que querer demonstrar o Voto de Desagravo e de Repúdio do PS, era confirmar que efetivamente além de insultar a Deputada Ana Sofia Antunes também tinham insultado a Deputada Isabel Moreira cuja prática tinham vindo repetidamente a assistir e, como tinham escrito no Voto que tinham apresentado, que não estava assinado porque era da responsabilidade de todos os membros do Grupo Parlamentar do PS ali presentes, era completamente inaceitável aquele estilo de oratória e dos "*à parte*" que eram utilizados e que eram frequentes na Assembleia da República provenientes do Grupo Parlamentar do Partido Chega, fossem quarenta e nove (49) ou cinquenta (50), era inaceitável e era o que estava escrito no Voto. -----

--- Naquele dia, ele é certamente que muitos amantes dos princípios e valores da democracia, tinham sentido, de facto, vergonha alheia, porque aquela não era a Assembleia da República que pretendiam ver a defender os seus direitos e a fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa pela qual todos se sujeitavam em termos de trabalho político, mas também como cidadãos. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que o documento a que se iria referir não tinha sido elaborado por ela. Tratava-se de um estudo científico, sendo algo de resposta à Bancada do

Chega, que também podia distribuir, sendo que apenas iria referir-se a dois ou três excertos que diziam: *“Será que o Chega configura uma narrativa populista?”*. Referiam que sim porque nos seus discursos se verificava uma clara oposição entre o *“Nós”*, que simbolizava o povo moral e trabalhador, eles próprios, e o *“Eles”* que eram os restantes, *“todos os outros grupos parlamentarem amalgamando as elites corruptas de esquerda e determinados grupos sociais considerados parasitários e dependentes de subsídios sociais.”* -----

--- Também dizia que a *“narrativa se desenrolava, era construída e retratava um presente soturno, mas promissor e messiânico sob a liderança do Chega”* e, outro excerto que pensava ser importante: *“Está extremamente construído e surge também uma autorrepresentação de André Ventura como um herói relutante que apesar de não desejar o poder sente-se compelido a agir em prol do país. Esta autorrepresentação é cuidadosamente criada e estrategicamente desprovida de qualquer tipo de ambição pessoal. O que procura é transmitir a ideia e a imagem de que a sua motivação é puramente altruísta e um reflexo de maior sentido de honra e dever cívico do que todos os outros que são eleitos pelo povo português e, felizmente, oitenta por cento da população portuguesa ainda é democrata”*.-----

--- Porque a Deputada Municipal Anaísa Gonçalves solicitou a palavra, o **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que já tinha excedido o tempo pois tinha usado seis (6) minutos e cinco (5) segundos sendo que a sua Bancada apenas dispunha de cinco (5) minutos para intervir.--

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** verificando não existirem intervenções, colocou o **Voto de Repúdio: “Contra o Sectarismo e Discriminação Veiculados pela Bancada do Partido Chega, na Sessão Plenária da Assembleia da República, ocorrida no dia 13 de fevereiro de 2025”** a votação, que foi aprovado por maioria de vinte e seis votos a favor dos deputados municipais Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, David Martins, Gisela Viegas, Jorge Silva, José Graça, José Manuel Guerreiro, Jovita Ladeira, Luís Filipe Silva, Maria Manuela Romão, Maria Margarida Flores, Nuno Diogo, Nuno Leonel Mateus, Sérgio Pereira, Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Elsa Ribeiro, Jorge Cruz, Jorge Corvo, Maria Dulce Filipe, Muriel Dias Neto, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Silvino Oliveira e Sónia Tomás e um voto contra da Deputada Municipal Anaísa Gonçalves, encontrando-se em anexo à presente ata como documento número três.-----

--- O **Deputado Municipal David Martins** disse que ainda no âmbito do período Antes da Ordem do Dia, a Bancada do PS dispunha de onze (11) minutos, que era a democracia e, portanto, naturalmente que gostava de utilizar aquele tempo para abordar algumas questões.-----

--- Disse que mais uma vez se sentia obrigado, mas com prazer, a falar ali do que já tinha sido realizado e que tinha sido muito. Via que se encaminhavam com alguma rapidez para o período eleitoral e muitas pessoas falavam que nada tinha sido feito, que pouca coisa tinha sido feita ou



que muito tinha sido feito e, pensava que era um verbo que lhes era muito caro porque, de facto, era o que o Executivo Municipal e a Bancada do PS sempre tinham assumido, fazer, e fazer bem, fazer acontecer em prol dos tavirenses, em prol de uma melhor qualidade de vida, de um futuro melhor. -----

--- Referiu que gostava de destacar o que considerava ser uma iniciativa ímpar a nível nacional que era o “Acompanha +”.-----

--- Naturalmente que quer os deputados municipais como os cidadãos tavirenses já deviam de ter reparado que a Câmara Municipal tinha lançado um Programa intitulado “Acompanha +”, que consistia numa prova, demonstração, justificação que estava a ser cumprido o que havia sido prometido. Era um orgulho comprovar que noventa e três por cento (93 %) das medidas propostas, as promessas feitas pelos políticos que muitas vezes não cumpriam, estavam a ser cumpridas, que cinquenta por cento (50 %) já tinham sido cumpridas, que quarenta e três por cento (43 %) estavam em execução e sete por cento (7 %), acreditava no Executivo Municipal, seriam cumpridas porque a Presidente da Câmara Municipal era uma pessoa de palavra e estava certo que enquanto não chegasse o último dia, a última hora, o último minuto, tudo faria para que fossem cumpridos porque a Presidente da Câmara Municipal vestia, diariamente, “a pele da maior tavirense” que existia no Município de Tavira.-----

--- Havia medidas em todas as áreas, juventude, apoio à educação, desporto, as bolsas de estudo que já tinham atingido o valor de € 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros), com € 300.000,00 (trezentos mil euros) no corrente ano, pré-escolar e, naturalmente, quando via o Presidente da Freguesia de Cachopo, Rafael Dias, sempre a reclamar, que considerava que devia fazê-lo porque um bom político reclamava sempre, devia de estar sempre insatisfeito, ele ficava muito satisfeito por ver que para além do Centro de Meios Aéreos com um investimento de milhões, tinham sido investidos € 274.000,00 (duzentos e setenta e quatro mil euros) num pré-escolar em Cachopo, para os jovens de Cachopo, que era muito importante, mas que não tinha sido apenas em Cachopo, até porque ele também tinha crescido numa aldeia pequena e, portanto, valorizava muito a interioridade e considerava que tudo o que pudesse ser feito era importante.-----

--- Também havia medidas no bem-estar animal, € 500.000,00 (quinhentos mil euros) que era algo que por vezes era colocado um pouco de parte, mas que era importante pois não eram apenas os seres humanos com os quais se deveria ter cuidado, mas, naturalmente, também com os animais.-----

--- Acrescentou que também relativamente às famílias carenciadas, quer na área dos medicamentos, quer no apoio aos arrendamentos, na área da assistência social, das associações,

representava € 1.000.000,00 (um milhão de euros) anuais que o Executivo Municipal colocava à disponibilidade daquelas áreas para que fossem cumpridas.-----

--- Ficava muito orgulhoso da Presidente da Câmara Municipal, sendo um prazer ler, porque tinha estado continuamente a assistir, na última Assembleia Municipal que não tinha estado presente, mas, naturalmente acompanhava o que era a prática correta e única, de justificar o que era efetuado e ficava muito orgulhoso por verificar que dia após dia, cada vez mais, existiam coisas feitas em todas as freguesias.-----

--- Naturalmente que não ficava contente por verificar que depois, porque já estavam em campanha eleitoral, algumas forças políticas e alguns protagonistas questionavam quando era aberto, o que tinha sido executado, porque o desculpassem por dizer, mas com muita honestidade democrática, considerava que a posição da oposição resultava de falta de estudo, que para tal bastaria consultar o website da Câmara Municipal www.cm-tavira.pt ou <http://acompanhamais.cm-tavira.pt/> sendo que até podia entregar trinta e nove (39) páginas.-----

--- Naquele mesmo dia tinha-se divertido, regozijado, com o que era feito no PS e com o que o Executivo Municipal fazia, portanto considerava que era importante que a oposição fizesse aquela avaliação, aquele estudo. -----

--- Relativamente à habitação ao ouvir quantas habitações tinham sido entregues e qual era o apoio que era dado, parecia-lhe a discussão que estavam a ter antes, sendo que *“mais cego é aquele que não quer ver”*. Que o desculpassem, mas parecia-lhe cegueira total em que eram tomadas aquele tipo de atitudes radicais, do seu ponto de vista, absolutamente obscenas e mal-educadas querendo fazer crer que nada se passava. -----

--- Acrescentou que pretendia colocar uma questão à Presidente da Câmara Municipal por considerar valioso que ela esclarecesse, até para desmontar e clarificar as questões. Assim, gostava de saber, do ponto de vista da habitação, o que é que já tinha sido efetuado.-----

--- Terminou dizendo que no dia seguinte, pelas dezoito (18) horas, teriam naquele mesmo espaço uma iniciativa sobre o Plano Municipal de Alterações Climática (PMAC) sobre o que pretendia dizer que todos sabiam que viviam dois contextos muito difíceis, por um lado a seca sendo que felizmente tinha chovido e o PS já muito tinha feito para que tivessem condições, de que ele era prova, para terem água para regar, para beber, e por outro, era o que a seca implicava, um perigo grave de incêndios pelo que considerava importante dizer que todos deveriam ter cuidado no verão e *“façam pouca fásca”* porque as faíscas podiam provocar efetivamente incêndios e o Município de Tavira era sensível.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que muito a honrava saber que o PS estava com medo das faíscas que iriam surgir no verão. -----

--- Questionava se o site do “Acompanha +” também dizia quantos fogos tinham sido entregues no atual mandato, ou quando iria ser inaugurado o cinema, sendo que assim pretendiam.-----

--- Passando à intervenção do Deputado Municipal David Martins, gostava de abordar um problema, que esse sim, pretendia ver resolvido porque muito os afligia e que já ali tinha falado na Assembleia Municipal de setembro anterior, que se referia à segurança. -----

--- Tavira sempre tinha sido uma cidade segura onde as pessoas se sentiam bem, o que sempre tinha sido transmitido aos visitantes sendo que para todos os turistas era uma cidade segura, porém, ultimamente existia um clima de insegurança sobretudo no período noturno estando os comerciantes preocupados, pelo que convidava todos a andar à noite, a pé pela cidade, para verificarem que realmente existia um clima de insegurança.-----

--- Naquele sentido, reiterava a pergunta sobre o que é que o Município pretendia fazer perante aquela situação, aquele clima de insegurança para que não perdessem aquela mais-valia que Tavira tinha, de ser uma cidade segura, e onde as pessoas se sentiam seguras de andar a pé à noite pela cidade. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal**, respondendo ao Deputado Municipal David Martins da Bancada do PS, disse que não tinha qualquer problema em admitir o que estavam a fazer pois pretendiam transparência. -----

--- Tinham concorrido com um Programa Eleitoral composto por cem (100) medidas, sendo aquele o compromisso que tinham assumido com os tavirenses e sobre o qual tinham vindo a trabalhar. Obviamente que se estava a aproximar do final do mandato, um mandato de quatro (4) e não três (3) anos, pelo que as intervenções iriam continuar a aparecer porque um concurso para uma empreitada que tivessem lançado no presente não resultava de algo que tivessem pensado naquele momento, mas que tinham começado a pensar há dois (2) anos. Como exemplo referia que a intervenção da EB de Santa Catarina da Fonte do Bispo que se encontrava em Tribunal de Contas o procedimento para a empreitada tinha sido lançado no mês de julho do ano anterior. Estavam a pensar há muito mais de três (3) anos e a intervenção ainda não estava no terreno desconhecendo quando iria estar porque, após aquela Assembleia Municipal, ainda teriam de remeter ao Tribunal de Contas os Plurianuais, portanto, tratavam-se de processos muito demorados.-----

--- Tinham em carteira uma série de coisas, já tinham feito muitas que considerava importantes relembrar, no entanto não tinham feito apenas o que o Deputado Municipal tinha dito, porque tinham construído uma ponte que tinha custado € 2.000.000,00 (dois milhões de euros) estavam a concluir o Cineteatro que tinha tido um custo de € 6.000.000,00 (seis milhões de euros) sobre o que o Vereador da Oposição que tinha questionado em Reunião de Câmara quanto ao ponto de

situação, tinha feito um vídeo. Pensava que se gostava mais da politiquice que realmente de se ser informado e saber como as coisas eram realmente. No entanto ainda iria ali falar sobre o Cineteatro para que todos soubessem, porque não tinha nada a esconder. -----

--- Contudo tinham feito mais, tinham reabilitado as piscinas porque não se tratava apenas de obras novas, podendo fazer mais um jardim, uma rua, que todos viam, mas tinham umas piscinas que estavam em muito mau estado e as pessoas que as utilizavam, e todos os dias eram centenas de crianças, não tinham condições pelo que, praticamente, tinham tido de fazer uma obra nova pois tinham-se degradado por já terem mais de vinte (20) anos e mais € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros). -----

--- No inicio do mandato, que já ninguém se recordava, também tinham feito a estrada de Cachopo, € 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros), o Centro de Meios Aéreos que também não se lembravam porque tinham sido construídos em Cachopo, que ninguém via, mas estava ali, € 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil euros), bastantes pavimentações em Tavira € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) e pretendiam ainda fazer mais, também na Conceição, em Cachopo, na Luz de Tavira, que estava a decorrer, e mais algumas mesmo na cidade de Tavira. -----

--- Tinha feito a reabilitação do Campo do Ginásio Clube de Tavira sobre o que anteriormente tinham sido bastante criticados, e ainda tinham mais intervenções para fazer porque eram ambiciosos e sabiam que não estava tudo feito, queriam mais, sendo para o que todos trabalhavam, todos os dias. -----

--- Tinha reabilitado a habitação social, € 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil euros), e estavam a continuar com a Quinta das Salinas e o Bairro Humberto Simão cuja eficiência energética iriam candidatar no âmbito de aviso para apresentação de candidaturas. -----

--- Também tinham requalificado a Rua do Cais, procedido à substituição da iluminação, que havia quem gostasse e quem não, porém era muito mais eficiente energeticamente. -----

--- Estavam a realizar as obras do Orçamento Participativo (OP) e poderia acrescentar mais, no entanto faziam muito mais que obra física, que não era apenas o que contava, pois também contavam os projetos, o PMAC que estavam a tratar, o Programa “É pra Descomplicar” que era um programa de literacia politica e tudo o que contribuísse para tornar a comunidade mais informada, qualificada, que fosse melhor e que as pessoas gostassem de viver, trabalhar, investir, sendo que para tal trabalhavam todos os dias. -----

--- Agradecia os elogios e referia que existia muito mais a acrescentar ao que o Deputado Municipal David Martins e ela própria tinha dito. -----

--- Quanto à segurança, via que a segurança era muito importante para o PSD, sendo que até o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, por vezes, contrariava os dados das próprias Forças de Segurança, sendo que em Tavira também acontecia. -----

--- Tavira continuava a ser das cidades mais seguras do Algarve não existindo registos que a criminalidade tivesse aumentado. Ainda na sexta-feira anterior tinha passeado pela cidade à noite e não se tinha sentido, em momento algum, ameaçada. Estava um conjunto de miúdos debaixo dos arcos da Câmara Municipal, ela tinha passado, cumprimentado, e eles tinham respondido não se sentindo ameaçada. -----

--- Sabiam que efetivamente poderiam existir alguns grupos que causavam distúrbios, estavam a falar de miúdos, desconhecendo se estaria relacionado com a existência de alguns estabelecimentos que vendiam algumas bebidas e, relativamente aos quais, estavam a ponderar, juntamente com as Forças de Segurança, a redução do horário. Tinham um projeto que todos conheciam e que se chamava “Tavira + Segura”, pelo que a segurança também era uma preocupação para eles, não apenas para o PSD. Obviamente que tinha inicialmente sido criado para auxiliar na agricultura, nos roubos dos produtos agrícolas sendo que, entretanto, tinha vindo a ser acrescentada informação que partilhavam com as Forças de Segurança no sentido de realizarem um trabalho de forma eficaz e eficiente. -----

--- Para terminar informou que já tinha sido aprovado em reunião de Câmara Municipal o protocolo que esperavam que o Ministério de Administração Interna (MAI) validasse para poderem avançar com a câmaras de vigilância e segurança. Assim, aguardavam porque se tratava de um protocolo com a Polícia de Segurança Pública (PSP) uma vez que a Câmara Municipal apenas colocava as câmaras de vigilância sendo que era a PSP que controlava e recebia toda a informação. Tratava-se de um protocolo que tinham assinado com o Comando Territorial de Faro e que aguardavam que pudessem assinar com o MAI uma vez que era tripartido. -----

--- Concluiu dizendo que estavam a aguardar, a trabalhar, mas queria ali afirmar que uma coisa era a perceção, outra eram as evidencias e, presentemente, não havia evidencias de que tivessem mais criminalidade no concelho, o que pretendia que ficasse bem assente. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias**, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, os deputados municipais, os seus colegas presidentes de junta e todos os que assistiam. -----

--- Disse que apenas tinha pedido para intervir para responder ao seu duplo conterrâneo embora ele tivesse perdido o sotaque, mas em forma de resposta e algumas coisas que poderiam ser mais inúmeras para Cachopo, como a reposição das redes moveis e outras, relativamente ao pré-escolar lamentava informar o Deputado Municipal, mas ao que indicava deixaria de ser pré-

escolar passando a ser pré-escolar e 1.º Ciclo. A estratégia dos € 270.000,00 (duzentos e setenta mil euros) tinha sido pensada para um crescimento contínuo e aumento da qualidade do ensino para as crianças da Freguesia de Cachopo, portanto considerava que tinha sido um investimento justíssimo e embora efetuado com ambição, que era apanágio da Junta de Freguesia, tratava-se de um investimento com perspetiva de futuro, com perspetiva de crescimento.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que em nome da Bancada do PSD reiterava os cumprimentos que já tinham sido apresentados, desejando boa noite a todos. -----

--- Porque estavam em dia de distribuição de documentos agradecia que também fizessem chegar um exemplar do documento que tinha, à Mesa da Assembleia Municipal, ao Executivo Municipal e à Bancada do PS porque, entretanto, devido à proximidade física já tinha entregado à Bancada do Chega. -----

--- Passava a ler: *“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no decurso da última Assembleia Municipal a 11/12/2024, a senhora Presidente da Câmara respondeu a algumas das minhas intervenções com ostensiva falta de consideração. Não evoquei, desde logo o direito a resposta ao abrigo do art.º 48.º do Regimento da Assembleia Municipal por não dispor, no momento, de alguns elementos de confirmação das minhas intervenções. No entanto, não podia deixar de voltar ao assunto.* -----

--- Assim, quanto à má educação evocada pela senhora Presidente após a questão do elevador para acesso de pessoas com mobilidade condicionada aos Paços do Concelho, vamos fazer a seguinte cronologia. -----

--- Coloco esta questão desde o início da minha atividade política em 2013, ou seja, há doze (12) anos. -----

--- Desde o início das suas funções como Presidente da Câmara que a senhora Presidente reconhece esta necessidade e esta obra esteve nos seus planos e quando confrontada com a questão, sintetizo as suas respostas a esta Assembleia: -----

--- Na Assembleia Municipal de 17/06/2020, informou que o projeto estava praticamente terminado, também integrava um arranjo nos Paços do Concelho, pensando que o projeto estaria concluído e a empreitada lançada até ao final do ano, 2020; -----

--- Na Assembleia Municipal de 29/04/2021, informou que o projeto de arquitetura estava finalizado, estando a ser elaboradas as especialidades, a engenheira civil estava a colaborar com outro projeto importante para o Município; -----

--- Em 25/06/2021, informou que o projeto ainda não estava finalizado, nos últimos dois meses tinha ficado ligeiramente parado; -----

--- Em 09/09/2021, informou que pensava que certamente estaria finalizado até ao final do ano.”



--- Portanto, tinha passado de 2020 para 2021. -----

--- “Na Assembleia Municipal, em 2023, informou que o orçamento englobava algumas obras do Município, que pretendia executar rapidamente, entre as quais o elevador dos Paços do Concelho;

--- Na Assembleia Municipal de 2023 informou que não estava referido no articulado no Orçamento” a obra do elevador, “Talvez se tivesse esquecido porque as páginas iniciais eram feitas por ela própria e não pelos serviços nem pelos vereadores; -----

--- Finalmente, em 11/12/2024, respondeu-nos que estava na rubrica sondagens geológicas. -----

--- Portanto face a este cenário não podemos concluir que o acesso de pessoas com mobilidade condicionada aos Paços do Concelho seja uma prioridade para a senhora Presidente, ou ao afirmar que não é uma prioridade para a senhora Presidente é má educação minha?” Deixava a pergunta. -----

--- “Não se trata de uma questão pessoal quando falamos de igualdade e de equidade, não podemos excluir quem quer aceder aos Paços Municipais em que, por exemplo, decorrem atos públicos tão importantes como as reuniões de Câmara. -----

--- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quanto à acusação de informação privilegiada que considero muito grave e lesiva, esta afirmação foi proferida na sequência da minha informação da existência de um novo processo judicial contra a EMPET, no caso uma penhora pela CCAM do Sotavento Algarvio. -----

--- Tal, trata-se de informação pública e para o demonstrar solicitei logo no dia seguinte à Assembleia de 11/12, uma cópia do Registo Predial da EMPET, na Loja do Cidadão, onde se pode confirmar nas páginas oito (8) e nove (9), a existência da referida dívida e correspondente penhora de quinze (15) prédios no valor de € 617.016,00 (seiscentos e dezassete mil e dezasseis euros). De referir que esta ação foi registada no dia 12/02/2023”. -----

--- Disse que o podiam comprovar pelas cópias que tinha facultado. -----

--- “Ora a senhora Presidente alegou desconhecer afirmando que tal seria informação privilegiada que, como podem ver, qualquer cidadão tem acesso público à informação só bastando para tal pagar € 4.00 (quatro euros). -----

--- A senhora Presidente até podia desconhecer pois se assim não fosse, certamente teria dado a esta Assembleia, nas cinco assembleias anteriores a esta, informação, sobretudo quando os senhores deputados da bancada do PS nos trouxeram uma proposta de cooperação para a resolução deste assunto. No entanto, não conhecendo a senhora Presidente esta ação, neste período em que sabemos que o Administrador de Liquidação estava ausente da Administração da EMPET, só se pode entender que a gestão da EMPET foi completamente negligenciada, pelo menos, neste largo período. -----

--- Escolha o senhor Presidente, escolham os senhores deputados a verdadeira realidade ou qual a pior opção. -----

--- Senhor Presidente da Assembleia, na acusação em causa não podem é ficar quaisquer dúvidas que esta matéria é do conhecimento público e, como tal, a acusação formulada é completamente infundada. -----

--- Senhor Presidente da Assembleia, fui ainda intitulado de teimoso, sei que foi dito de forma depreciativa, mas eu relevo, porque de facto a teimosia nos faz falta neste assunto e em outros como é o caso da falta de habitação em que as soluções para os tavirenses tardam e as coisas não acontecem. -----

--- Senhor Presidente da Assembleia, percebe-se que a senhora Presidente não convive bem com o contraditório, cabe ao senhor Presidente dirigir esta Assembleia, visualizei as minhas intervenções, todas foram sujeitas à sua devida autorização, respeitei a condução dos trabalhos que sempre se pautou por diálogo mútuo. -----

--- Podemos não concordar, podemos divergir, mas não aceito as acusações de que fui alvo. -----

--- Face ao exposto e porque apenas do senhor Presidente da Assembleia aceito quaisquer reparos deixo estas palavras apenas para memória futura desta Assembleia". -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que em primeiro lugar considerava que já tinha explicado relativamente ao elevador. O único a referir, que até o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha dito, era que teriam de estudar outras opções porque, como já tinha informado, existiam problemas com as especialidades que estavam a elaborar. Todavia não tinha de colocar palavras na sua boca, que era o que estava a fazer, dizendo que ela não tinha interesse em resolver a questão das acessibilidades aos Paços do Concelho, tanto mais que, tinham tentado, pelo menos para o público em geral, que fosse resolvido com a abertura do Balcão Único, tentando assim minimizar, portanto não podia dizer que ela não se preocupava. -----

--- A segunda questão e não tinha dito que tinha informação privilegiada, mas na ata melhor estaria, e sim que desconhecia, que devia de ter informação privilegiada, devia de ter. Não tinha sido uma afirmação, mas uma questão, que devia de ter, uma vez que ela não tinha. -----

--- Ainda naquela mesma semana tinham respondido a uma questão do Tribunal Administrativo porque andavam a tentar notificar Fernando Horta e desconheciam onde estava. Não tinham notificado sobre assunto da EMPET mas antes, onde se localizava Fernando Horta que era trabalhador do Município de Tavira, ao que tinham respondido. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referindo que não tinha mais intervenções iriam entrar no ponto de informações. -----

--- A primeira informação referia-se à **Apreciação da informação da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.** -----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** iniciou a apresentação referindo as exposições, os eventos que tinham ocorrido em dezembro, chamando à atenção para a exposição *“Do Barro à Roda de Oleiro: As Cerâmicas da Rua das Olarias”* que estava patente no Núcleo Museológico Islâmico.-----

--- Depois, também tinham tido ali, na Biblioteca Municipal, a entrega dos prémios do concurso de fotografia *“Tavira em Foco”* em que estavam expostas algumas das fotografias ganhadoras do prémio. -----

--- Ainda na Biblioteca Municipal tinham tido a exposição *“O Lince na Península – Conectar Territórios e Consolidar Populações”* e queria saudar a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) que tinha a exposição que estava patente naquela sala e que na corrente semana tinha completado trinta e cinco (35) anos de existência e vinte e cinco (25) a trabalhar no concelho de Tavira. Pretendia enaltecer o trabalho que sempre tinham realizado naquela área do direito das vítimas de violência doméstica que também era um trabalho em parceria.-----

--- Passando à Cultura, tinham tido várias atividades, os *“Passeios na História de Tavira”* e várias atividades que aconteciam no Museu Municipal de Tavira. -----

--- Tinham-se realizado várias apresentações de livros que constituía a rubrica do *“Encontro com Autores”* da Câmara Municipal. -----

--- Tinham tido vários espetáculos de Natal.-----

--- Pretendia enaltecer a inauguração da sede de mais uma Associação Cultural no concelho, a Ria Inquieta – Associação Cultural e Recreativa, cuja fotografia se encontrava no diapositivo e o 5.º Concurso do Book Trails organizado naquela Biblioteca Municipal pela Rede de Bibliotecas de Tavira.-----

--- Quanto à programação de Natal e Ano Novo, no Mercado da Ribeira tinham tido concertos e no Mercado Municipal demonstrações gastronómicas. -----

--- No Final de Ano tinham tido o Fogo de Artifício e as Charolas como habitualmente.-----

--- Passando ao Desporto chamava à atenção para a XVI São Silvestre Vila de Santa Luzia, que também acontecia em dezembro e, mais recentemente, a chegada da 51.ª Volta ao Algarve – 3.ª Etapa que tinha ocorrido da sexta-feira anterior. Tinham tido o 4.º Raid BTT Tavira-Cachopo 2025 e o Passeio de Cicloturismo do Dia de Santa Maria, entre outros. -----

--- Relativamente ao Orçamento Participativo cujo processo de apresentação de propostas já tinha terminado faltando colocar a votação, tinham-se realizado sessões participativas em todas as freguesias para a apresentação do projeto, tendo havido alguma participação, não tanta como gostariam, mas o caminho fazia-se caminhando.-----

--- Tinham-se realizado várias iniciativas, nomeadamente a Semana de Santa Maria. A Junta de Freguesia de Tavira comemorava sempre o dia dos seus padroeiros, Santa Maria e Santiago. No corrente ano a Paróquia tinha-se juntado às comemorações, tendo havido lugar a várias exposições e atividades de âmbito religioso realizadas em articulação com a Paróquia.-----

--- Em janeiro, fevereiro e ainda aconteceria mais uma edição em março, tinha-se realizado novamente o Festival Sol de Inverno e as Sopas no Mercado da Ribeira pelos Escutas de Tavira.----

--- Passando ao tema de Obras e Urbanismo, a Presidente da Câmara informou que já tinham adjudicado o Plano de Segurança do Aproveitamento das Águas das Piscinas para fins não Potáveis.-----

--- Tinham aprovado o relatório final das Obras de Conservação no Centro Paroquial de Cabanas que se tratava de uma intervenção para tratamento das patologias exteriores, mas sobretudo, estava relacionada com o teto falso que tinha um problema, praticamente desde a construção da Igreja, o que tinha levado a que nos últimos dois (2) anos tivesse estado encerrada. -----

--- Relativamente ao processo de Ampliação da EB1 Santa Catarina da Fonte do Bispo e Espaço Polivalente, que já tinha referido, estava em Tribunal de Contas e, aguardava nova repartição de encargos plurianuais que estava prevista na Revisão ao Orçamento que iriam analisar na Ordem do Dia daquela Assembleia Municipal. -----

--- As Obras de Conservação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho – Estradas e Caminhos Municipais na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão, bem como na Freguesia de Tavira, estavam em concurso.-----

--- Pensava que, na terça-feira anterior, se tinha iniciado a Empreitada de Conceção-Construção para a Reabilitação de Troços da Muralha do Rio Gilão em Tavira. -----

--- O Centro Coordenador de Transportes estava a sofrer uma pintura, mas também estavam a elaborar um estudo geotécnico atendendo a que os pilares, sobretudo os que estavam dentro de água, já apresentavam alguma degradação. -----

--- Quanto à Beneficiação, Adaptação Funcional e Ampliação da Unidade de Saúde de Cabanas – Conceição de Tavira, tinham lançado concurso, que tinha ficado deserto, pelo que iriam lançar novamente.-----

--- Estava a decorrer a Instalação de Contentorização Subterrânea na Atalaia. -----

--- Se não estava equivocada, até ao dia doze (12) de março seguinte, estava aberto, para receção de propostas, o concurso para a Intervenção no Pavilhão da Luz de Tavira. -----

--- Quanto à execução dos edifícios de saúde de Tavira tinham a Unidade de Consultas Externas de Alta Resolução e Diagnóstico Ambulatório e Sede do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Sotavento que era um edifício anexo ao atual. Aquela empreitada estava lançada tendo sido



pedida, por parte de alguns interessados em concorrer, uma prorrogação de prazo de apresentação das propostas que era de trinta (30) dias tendo presentemente sido dados mais vinte e um (21) dias. Eles tinham colocado a questão porque não estavam a conseguir obter algumas cotações para alguns materiais, pelo que tinham acabado por prorrogar o prazo de entrega das propostas, que tinha sido aprovado na última Reunião de Câmara.-----

--- Tinham também a intervenção do Polidesportivo da Bela Fria cujo concurso tinha ficado deserto tendo sido lançado novamente.-----

--- O concurso para a Intervenção no Passadiço de Cabanas também estava em receção de propostas.-----

--- Quanto à Requalificação do Espaço Envolvente ao Polidesportivo da Conceição que também era uma intervenção resultante do Orçamento Participativo de alguns anos, cujo concurso também tinha ficado deserto, tinham presentemente um concorrente pelo que iria avançar. -----

--- No que se referia à empreitada da 1.ª Fase – Obras de Manutenção, Conservação e Restauro na Cobertura de Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo em Tavira, era resultante de terem percebido que a cobertura estava também muito degradada aquando da intervenção de restauro dos retábulos. Em tempos, a Direção Regional de Cultura tinha prometido realizar aquela intervenção, que não tinha feito e, como o Estado não fazia, a Câmara Municipal ia assumindo, sendo que já estavam a preparar uma segunda fase com a intervenção no restante da cobertura e também alguma intervenção interior.-----

--- O Fornecimento e Colocação de Placas Toponímicas no Concelho de Tavira – 8.ª Fase tinha sido um concurso que também tinha ficado deserto várias vezes.-----

--- Estava a decorrer a contratação de serviços para a elaboração de alguns estudos geológicos/geotécnicos, nomeadamente em Tavira, mas também em Santa Luzia devido à zona desportiva, pavilhão e criação de zona para atletismo. -----

--- A Empreitada para Instalação de Balneários Públicos na Ilha de Tavira estava praticamente concluída.-----

--- A Intervenção nos Espaços Exteriores da EB n.º 2 de Santa Luzia tinha sido uma proposta ganhadora do Orçamento Participativo 2020.-----

--- Também estava a decorrer a Execução de Muro de Suporte no Caminho do Fojo que estava relacionada com a contenção, sendo resultante de uma questão solicitada pela Junta de Freguesia.-----

--- Estava em execução a Valorização Paisagista dos Logradouros dos Lotes 15 e 28 da Rua José Oliveira em Santa Luzia.-----

--- O Centro de Meios Aéreos de Cachopo estava praticamente concluído faltando apenas uns pequenos acertos. A obra já tinha sido rececionada provisoriamente faltando uma manutenção na pista.-----

--- Quanto à Reabilitação do Cineteatro António Pinheiro, como tinha dito que iria falar, tinham estado, naquele dia, a ser efetuados alguns testes finais e, no dia seguinte, seria dada formação relativa a alguns equipamentos. Também já tinham sido efetuadas algumas montagens e estavam a aguardar a receção dos relatórios do AVAC que tinha sido um problema que tinham vindo a tentar ultrapassar praticamente desde setembro, com algumas substituições de máquinas, de peças, entre outras. Esperava que os testes finais pudessem ocorrer no dia seguinte juntamente com a formação, que pudessem ter notícias quanto à sua abertura nos próximos tempos e que a questão relativa ao ar condicionado ficasse ultrapassada. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto das Informações - Relatório Provedoria do Animal de Tavira.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que aquele relatório tinha sido entregue pela Provedora e contemplava aquelas que tinham sido as suas ações, nomeadamente a articulação com a Unidade de Bem-estar, Saúde e Sanidade Animal (UBESSA), o antigo canil e gatil municipal, a relação com as Forças de Segurança, PSP, Guarda Nacional Republicana (GNR) e Bombeiros.-----

--- Contemplava também um conjunto de ações que a Provedora tinha realizado e algumas reclamações que tinha recebido. -----

--- Constava no Regulamento criado para o cargo de Provedora que tinha de dar conhecimento à Câmara e Assembleia Municipal, o que a Provedora estava a fazer.-----

--- Queria deixar apenas a informação e dizer que desde que tinha sido criado o cargo, tinham conseguido finalmente adquirir as instalações da Animalar onde já tinham executado várias obras estando a aguardar a receção dos contentores para complementar algumas áreas que ainda careciam de pequenas intervenções. -----

--- Concluiu dizendo que tinham reforçado a quantidade de trabalhadores afetos à UBESSA. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que relativamente àquele relatório que tinha lido com algum cuidado, o que pretendiam era apenas salientar que o relatório estava datado de abril 2022 a abril 2024. Estavam praticamente em abril de 2025 e apenas naquele momento tinham recebido o relatório. -----

--- Outra questão, estava relacionada com o referenciado no Relatório. Pensava que o Cargo de Provedora do Animal deveria de ser remunerado, sendo que, provavelmente, haveria um maior cuidado na elaboração do Relatório que, por exemplo, não referia o número de reuniões que tinha tido, com quantas associações tinha reunido, não estava datado e assinado, portanto talvez



houvesse um maior cuidado na sua elaboração e não o receberiam passado um ano do tempo a que se referia.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que iria comunicar à Provedora. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao terceiro ponto das Informações - Declaração da exceção aplicável às áreas urbanizáveis e de urbanização programada, nos termos do nº 4 do artigo 199.º do Decreto-Lei nº. 117/2024, de 30 de dezembro. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que iria explicar rapidamente porque aquela não era uma matéria da Assembleia Municipal, podendo passar a ser, pois desconheciam as alterações ao RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão que tinham, naquele mesmo dia, sido apreciadas na Assembleia da República e, portanto, não sabiam quais eram as alterações.-----

--- Desconhecia o documento que tinha resultado da Comissão. Se não estava equivocada, em 27 de dezembro, tinha saído o Decreto-Lei n.º 117/2024 que tinha acabado por ter alguma projeção nos meios de Comunicação Social como sendo a alteração à Lei dos Solos, o que não era certo, pois tratava-se de uma alteração ao RJIGT que, no seu art.º 199.º, que tinha passado algo despercebido, dizia que ficavam suspensas todas as operações urbanísticas que estavam previstas em áreas urbanizáveis ou áreas de expansão programada o que queria dizer que nos planos, Plano Diretor Municipal (PDM) e planos de urbanização que tinham a vigorar e onde constavam áreas urbanas e áreas urbanizáveis, ou seja, áreas que ainda não eram urbanas, não estavam infraestruturadas, era possível construir.-----

--- A legislação dizia que aquelas operações, naquelas áreas, que tinham possibilidades de ser urbanas, estariam suspensas. Aquela situação aconteceria em vários casos sendo que algumas que eram urbanizáveis já estavam infraestruturadas, outras não. Portanto no n.º 4 do art.º 199.º constava que podiam existir exceções e o que a Câmara Municipal tinha feito, de acordo com o n.º 4 tinha sido, exatamente, criar um conjunto de exceções de acordo com o que era aquela legislação conjugada com a Lei dos Solos, nomeadamente a Portaria que definia o que era solo urbano e, com base naquele pressuposto tinham tentado criar um conjunto de áreas que entendiam que não deviam de ficar suspensas.-----

--- O que necessitavam era que houvesse uma declaração da Assembleia Municipal, como já tinha sido aprovada, remetida à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) que apenas tomava conhecimento e, presentemente, estavam a fazer o depósito junto da Direção Geral do Território (DGT) que apenas passaria a ser pública após publicação em Diário da República (DR). -----

--- No dia anterior, tinham sido publicados os de alguns municípios, o Município de Tavira estava a proceder ao carregamento dos dados mas aquele artigo tinha causado um conjunto de dúvidas.

--- Naquele dia tinha recebido uma nota de esclarecimento da Comissão Nacional do Território (CNT) como da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) sobre aquele mesmo artigo. -----

--- Continuou dizendo que, em bom rigor, considerava que estavam a proceder bem, sendo que a Assembleia Municipal não tinha porquê saber, no entanto tinha pensado que deveriam de dar conhecimento àquele Órgão na medida em que a nova Lei dos Solos, pelo menos a 117/2024, vinha dar alguma responsabilidade nomeadamente no que seria a possibilidade de passagem, no futuro, de solo rústico para solo urbano. Desconhecia o que iria acontecer quanto às alterações que tinham ocorrido naquele mesmo dia, mas perante o que era o conhecimento e legislação existentes, tinham levado aqueles assuntos a Reunião de Câmara que se tinha realizado no dia onze (11) anterior, e entendido dar conhecimento à Assembleia Municipal. -----

--- Não tinham remetido os mapas com a identificação das áreas, os anexos àquela proposta, a lista de exceções que a Câmara Municipal propunha, porque não percebendo do que se tratava, pensava que os mapas podiam gerar alguma desinformação que não era boa, porque todos já tinham percebido que aquela Lei dos Solos era bastante sensível, sendo que já tinha originado a demissão de um Secretário de Estado. -----

--- Tinham-se realizado muitas conversas à conta daquela questão da Lei dos Solos e entendiam que a partir do momento em que fosse publicada, reconhecida pela DGT, seria para conhecimento de todos pelo que tinham considerado não ser pertinente a Assembleia Municipal ter aquela informação na medida em que não tinha de deliberar sobre o que tinha sido uma proposta da Câmara Municipal. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que sobre aquela declaração, e muito bem, a Presidente da Câmara Municipal tinha dito que era apenas para informação dos deputados municipais do que havia sido aprovado pela Câmara Municipal, no entanto, se lhes era remetido deveria conter toda a informação, até porque referia *“as plantas com identificação e delimitação de áreas urbanizáveis e de urbanização programada suspensas de acordo com o quadro anexo”*. Era remetido o quadro, cheio de números, bem como a declaração todavia sem as plantas não conseguiam observar nada. -----

--- No que era a sua função enquanto Deputada Municipal, tinha solicitado ao Presidente da Assembleia Municipal que lhe enviasse as plantas que constavam da declaração em anexo, as quais tinham merecido a melhor atenção, pois ainda conseguia ler as plantas e, no que respeitava aos quadros das fundamentações tinham-lhes chamado à atenção até porque a legislação era clara naquela matéria uma vez que referia ato administrativo de controlo prévio. Dava como exemplo saber qual era a maturidade dos projetos e quando tinham sido entregues na Câmara

Municipal porque analisando o quadro, quando se referia à Conceição-Cabanas, se verificassem o número vinte e quatro (24) e as plantas que tinha solicitado, dizia precisamente “*Não tem qualquer ato administrativo de controlo prévio válido mas cumpre os critérios de classificação de solo urbano*”, ou seja, se não tinha qualquer ato administrativo de controlo prévio válido, e tinham as mesmas situações em muitos dos mapas em Tavira, questionavam porque uns eram incluídos e outros, provavelmente na mesma situação, não o tinham sido. Pensava que tinham as mesmas situações dentro da malha urbana, do perímetro urbano, com os mesmos critérios e não tinham sido incluídos, o que não percebia uma vez que estavam de acordo com a mesma Portaria, pelo que concluí que os critérios não eram iguais para todos.-----

--- Outra questão que lhe tinha despertado a atenção naquelas plantas tinha sido, precisamente, a razão por que na planta que era apresentada relativa a Santa Luzia, não constava o perímetro urbano mas antes o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa que também existia em Cabanas mas onde constava o perímetro urbano como limite, pelo que considerava existir uma incongruência nas plantas sobre o que gostava que a Presidente da Câmara Municipal esclarecesse. -----

-- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que teria o maior gosto em esclarecer as dúvidas, mas a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco teria de as colocar por escrito e ela responderia da mesma forma porque, como certamente compreenderia e já o tinha referido, o assunto não era para apreciação da Assembleia Municipal tendo apenas sido dado conhecimento o que, possivelmente não voltaria a fazer. Se a Deputada Municipal tinha aquelas dúvidas teria que as colocar por escrito pois ela não dispunha ali das plantas e não iria analisar a questão naquele momento sendo que apenas pretendia dizer que não existiam diferentes critérios, sendo que o que o artigo, no n.º 4, referia era: “*A suspensão prevista no n.º 3 não se aplica às áreas urbanizáveis ou de urbanização programada que tenham adquirido entretanto as características de solo urbano nos termos do presente Decreto-Lei e do Decreto Regulamentar.*” -----

--- O Decreto Regulamentar 15/2015 tinha uma definição de solo urbano diferente do PDM que era de 1997, sendo os planos de 2005, 2006, e, portanto, não existiam dois critérios. Tinham integrado o que tinham considerado que era solo urbano apesar de não possuir o ato administrativo, mas de acordo com o artigo. A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco considerava que era um critério diferente, era a opinião que ela tinha porque a sua era diferente. O trabalho do Município estava feito e a proposta apresentada sendo sobre o que as entidades tinham de decidir e comunicar ao Município.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que considerava que estava no local certo para questionar pois se era remetida uma informação àquele Órgão, ela estava ali para questionar e

tentar sair esclarecida sendo que existiam naquelas plantas muitas outras situações em que podiam ter sido incluídas pelo mesmo critério. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** reiterou que a Deputada Municipal a questionasse por escrito caso tivesse dúvidas porque, naquele momento não estava em condições, nem na posse de toda a informação para poder responder já que se tratava de um documento que não era para apreciação mas apenas para conhecimento da Assembleia Municipal.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que aquela questão apenas se colocava porque o PDM de Tavira não estava atualizado pois, como em todas as outras questões, como fossem o simples elevador ou a habitação social que iria ser construída, de tudo o prometido, dos sete por cento (7%) que o Deputado Municipal David Martins tinha referido que faltava fazer, tudo aquilo estava incluído e o PDM que era tão importante, quando tinha sido deixado praticamente finalizado quando Macário Correia tinha deixado o Executivo Municipal, tendo resultado que desde 2010 até 2025, não existisse um PDM atualizado para Tavira ficando, por isso, sujeitos àquelas situações.-----

--- Terminou dizendo que nos sete por cento (7%) que o Deputado Municipal David Martins tinha elencado constava aquele documento pelo que imaginassem o que os cidadãos do concelho poderiam esperar daquele Executivo Municipal. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que no ano de 2010 desconhecia porque não tinha aquele pelouro. Integrar o Executivo Municipal era uma coisa, todavia porque não tinha o pelouro não era consultada relativamente àquelas questões. Cada um dos membros do Executivo Municipal tinha o seu pelouro que já representava bastante trabalho para além do facto de existir uma preocupação acrescida que era a parte financeira à qual ela própria se tinha de dedicar.-----

--- Era verdadeiro, mas a questão era que efetivamente tinham uma proposta do PDM que tinha sido discutida em uma primeira Comissão de Coordenação (CC) como tinha acontecido relativamente aos planos da maioria das câmaras municipais do Algarve. O PDM de Tavira tinha sido com certeza um dos primeiros três (3) a ser discutido em CC, porém ela não era uma pessoa que se conformava com o que a CCDR pretendia, que era a perda das áreas urbanizáveis e não existir uma estratégia de expansão para a cidade. Não se conformava e parecia-lhe não ser a única pois existiam cento e oitenta e três (183) municípios que ainda não tinham aprovado os PDM de Nova Geração e, muitos deles, nem sequer o tinham elaborado porque a Lei dos Solos era uma aberração em Portugal sendo que o problema era que todos pareciam querer *“começar a casa, mais uma vez, pelo telhado”*. O que tinham de ter coragem era de fazer uma alteração profunda à Lei dos Solos e não medidas avulsas ao RJIGT, bem como dar competência à Assembleia Municipal para transformar solo rústico em urbano quando, provavelmente, a maioria



dos seus membros não tinha conhecimentos de urbanismo, como ela própria não era uma *expert*, não sendo quem elaborava as plantas com os limites do PDM ou do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).-----

--- Considerava que a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco deveria de ser a primeira pessoa, considerando a área em que trabalhava, a não querer ver aquelas plantas antes de serem públicas porque *“a mulher de César não tem que ser séria, também tem que parecer”* pelo que mais valia dizer que desconhecia do que a Câmara Municipal tinha colocado determinada situação porque, naquela Assembleia Municipal, por vezes passavam-se situações estranhas como as peças de um determinado procedimento concursal que tinha sido apresentado e que posteriormente tinham chegado a um dos concorrentes antes do concurso ter sido lançado. -----

--- Pensava que os deputados municipais também estavam ali sujeitos a sigilo pelo que existiam determinados assuntos que tinham de ser retidos e não fazer circular determinada informação. ---

--- O Presidente da Assembleia Municipal tinha remetido a informação que a Deputada Municipal tinha solicitado, mas ela não concordava porque deveria de ser pública para todos em simultâneo pois podia acontecer que aquela proposta não fosse o documento definitivo, sendo solicitadas algumas correções. Assim, não fazia sentido estarem a criar expetativas nas pessoas quando a questão não dependia apenas da Câmara Municipal, mas de um conjunto de entidades terceiras. -

--- Concluiu dizendo que o PDM não estava aprovado porque ela não concordava com o que as entidades pretendiam para o território de Tavira, que não correspondia à sua visão, e refletia uma falta de estratégia.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que quando questionavam sobre aquelas questões em quinze (15) anos que a Presidente da Câmara Municipal integrava o Executivo Municipal nunca era culpa da Presidente da Câmara Municipal ou era do Executivo Municipal anterior, ou da CCDR mas nunca da Presidente da Câmara Municipal.-----

--- Outro aspeto que considerava fundamental era que aquele Diploma deixava muitas dúvidas de quem era a competência para o aprovar. Existiam várias câmaras municipais, inclusivamente algumas no Algarve e do PS, em que aquele assunto estava a ser decidido nas assembleias municipais que tinham competência para a aprovação dos planos, tendo mesmo existido um parecer jurídico naquele sentido, pelo que a questão da Assembleia Municipal não ser informada era muito dúbia.-----

--- Ainda, a questão dos documentos solicitados pela sua companheira de Bancada do PSD, Ana Rita Pacheco, tinha sido solicitada pelos meios competentes ao Presidente da Assembleia Municipal, estando previsto no Regimento daquela Assembleia Municipal, sendo que tinham sido

por ele remetidos, podendo ser divulgados pelos deputados municipais da Bancada do PSD. Se a Bancada do PS não os possuía, devia de possuí-los. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que a única questão que tinha a responder era que quando tinha culpa assumia-a não tendo problemas em assumir a culpa quando a tinha, mas o que o Deputado Municipal Jorge Corvo não podia fazer valer era que ela tinha a culpa de tudo o que acontecia de mal, porque nem tudo era culpa sua. -----

--- Pensava que o Deputado Municipal tinha um problema, tinha de ser sempre o último a falar e tinha de ter sempre razão. Já lhe tinha dito várias vezes que ficasse com a razão, mas não era dono dela, pelo que não lhe podia reconhecer tal coisa, não podendo pensar que ia para ali, dizia o que lhe apetecia sobre ela, tecia as considerações que queria. Percebia que era normal na política, contudo o Deputado Municipal não podia pensar que ela não se iria defender pois tinha de o fazer e justificar, até porque não tinha o PDM aprovado, nunca o tinha escondido de ninguém, nem da CCDR, não escondendo que não concordava com eles. Tinha-o manifestado nas reuniões que já tinham realizado, não tendo de esconder que não concordava, que pensava que estava mal e que deviam de começar por alterar a Lei dos Solos, o Programa Regional de Ordenamento do Território (PROT) e só depois alterarem o PDM. -----

--- Tinha, pois, uma visão diferente não concordando, o que nem era contra o Governo atual ou o anterior, sendo uma opinião que apenas a vinculava a ela própria, pensando que, de uma vez por todas, os partidos políticos com acento na Assembleia da República se deveriam juntar e pensar verdadeiramente numa visão estratégica para o país e para o território que, na sua opinião, aceitando que outra pessoa tivesse opinião diferente, tinha de começar com a alteração da Lei dos Solos. -----

--- Quanto à entrega dos documentos, o Presidente da Assembleia Municipal não lhe tinha pedido opinião porque se o tivesse feito, ela diria para não os enviar precisamente para acautelar os deputados municipais. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que apenas gostava de questionar a Presidente da Câmara Municipal, que tinha referido que apenas deveriam de ter conhecimento, que se tratava de uma mera informação, se estava a mencionar que os deputados municipais apenas deveriam de ter acesso às plantas depois do documento ser aprovado, porque a Lei era clara, e passava a ler o ponto cinco (5): *“Declaração emitida pela Câmara Municipal com a identificação e limitação das áreas objeto de exceção, a qual é transmitida à CCDR competente, acompanhada da respetiva fundamentação e está sujeita à publicação”*. Portanto ninguém iria emitir o que quer que fosse, sendo que iria ser publicado, tornado público, pelo que enquanto deputados municipais estavam ali a exercer as suas funções tendo o direito de solicitar informação ao

Presidente da Assembleia Municipal. Não estava a enviar as plantas para alguém, porém a Presidente da Câmara Municipal estava a dizer que apenas depois de ser aprovado pelas entidades teriam conhecimento, sendo que ninguém se podia manifestar.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao quarto, e último, ponto das Informações - Proposta n.º 28/2025/CM - Adenda nº. 1 ao contrato-programa para a gestão e manutenção dos espaços verdes públicos do concelho de Tavira 2024-2027.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que estava relacionado com uma adenda ao Contrato-Programa dos Espaços Verdes que tinha implicado, para além da atualização prevista do índice de preços ao consumidor e salários, umas pequenas diferenças relativamente ao contrato-programa anterior como era o exemplo dos sanitários que estavam incluídos no Contrato dos Verdes e tinham deixado de estar, passando a integrar o contrato de limpeza urbana.-----

--- Por outro lado, eram adicionados mais dois (2) espaços verdes ao contrato que estava em vigor e, portanto, haveria uma alteração da compensação financeira embora fosse para um valor inferior mas que considerava ser de dar conhecimento à Assembleia Municipal uma vez que aquelas questões de alterar os espaços verdes já previstos no contrato. Tinham pois, remetido para conhecimento juntamente com o estudo económico que se encontrava em anexo.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem mais intervenções passou ao ponto número um da Ordem do Dia referente Proposta 23/2025/CM - Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª alteração modificativa ao Orçamento de 2025 com integração do saldo de gerência.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se tratava da Revisão ao Orçamento habitual para a integração do Saldo de Gerência que, nos termos do Orçamento do Estado, já alguns anos ocorria no mês de fevereiro. -----

--- Estavam a falar de um Saldo de Gerência de vinte milhões, cento e oitenta e três mil, novecentos e trinta e três euros (€ 20.183.933,00) pelo que a ideia era a de acomodar as despesas de apoio às associações culturais, desportivas, sociais, eventos culturais e desportivos que iam realizando ao longo do ano, as bolsas de estudo e outros apoios, aquisições de equipamentos informáticos, aquisições de meios de transporte, nomeadamente autocarros e algumas viaturas para os trabalhadores da Câmara Municipal como camiões e carrinhas. Também tinham dotado as obras que pretendiam desenvolver até ao final do ano e que consideravam ter bastante maturidade, estando muitas delas já em concurso, para além das que já estavam a decorrer como a Unidade de Consultas Externas, a Igreja de Cabanas, as Pavimentações da Luz de Tavira, a Escola de Santa Catarina, o Passadiço de Cabanas, a Reabilitação da Subestação de Saúde de Cabanas, a Ampliação do Centro de Saúde existente, a construção da nova habitação social, nomeadamente

na Quinta da Boavista cujo procedimento já tinham lançado, Cabanas para onde já tinham contratado os projetos e que estavam praticamente terminados para serem entregues, Santa Catarina, a zona desportiva de Santa Luzia, a Reabilitação da Muralha, que já ali tinha referido, as pavimentações cujos procedimentos pretendiam lançar para a Conceição, Cabanas, Cachopo e algumas dentro da cidade, continuando a contemplar o que já constava no Orçamento inicial, o projeto da Escola Secundária, o futuro Quartel de Bombeiros cujo projeto iriam tentar desenvolver também de acordo com a Declaração de Interesse Público, ali apresentada, que também estava contemplado na Revisão do PDM, e toda a gestão da Câmara Municipal. Obviamente que também estava contemplado o Contrato de Limpeza Urbana e ainda alguns serviços que constituíam a gestão corrente. -----

--- Tinha tentado adaptar o que consideravam que iria ter efeitos financeiros no corrente ano e o que seria para os anos seguintes no Plano Plurianual de Investimentos. -----

--- O Orçamento tinha um valor global de setenta e um milhões e seiscentos mil euros (€ 71.600.000,00) sendo, portanto, o mais alto de todos os que tinha aprovado desde que estava em funções na Câmara Municipal e que era responsável pela área financeira. -----

--- Obviamente que também estavam a contar com financiamentos, nomeadamente do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) em que tinham cerca de quatro milhões de euros (€ 4.000.000,00) para a Unidade de Consultas Externas, cerca de um milhão e quinhentos mil euros (€ 1.500.000,00) para o Centro de Saúde existente e cerca de quatrocentos mil euros (€ 400.000,00) para Cabanas. Embora as intervenções ficassem mais dispendiosas, tinham algum financiamento, tal como esperavam receber do Programa Operacional (PO) Regional, mas não tinham ainda candidaturas aprovadas como era o caso da Escola de Santa Catarina que se encontrava em fase de esclarecimentos adicionais. Tinha ainda um conjunto de projetos que estavam a tentar submeter, nomeadamente o Edifício da Corredoura, anexo ao Cineteatro, que também estava previsto, um conjunto de intervenções em habitação social como a substituição de portas e janelas para submeter no âmbito do aviso de eficiência energética e um conjunto de situações para o que estavam a tentar obter financiamento, como era o caso do Cais das Quatro Águas a aguardar abertura de aviso no POMar2030. Presentemente estavam a elaborar a revisão do projeto que era da Polis pois consideravam que podiam existir especialidades que já estavam desatualizadas. -----

--- Certamente que tinham consciência que não estava tudo executado, que existiam sete por cento (7%) para realizar face ao programa eleitoral, mas além daqueles sete por cento (7%) existia muito mais, razão por que trabalhavam diariamente e, ao contrário do que pretendiam fazer parecer, ela pensava que com passos consistentes iam caminhando. -----

--- Provavelmente para construírem as mais de cento e trinta (130) habitações que estavam previstas iriam necessitar de recorrer à Banca, não iria enganar ninguém, mas se tal fosse necessário assim fariam. Contava lançar a empreitada de habitação social antes da Assembleia Municipal seguinte, portanto no decurso do mês de março, pelo menos da Boavista que possivelmente iriam executar em duas fases porque era mesmo bastante caro e, esperava também lançar Cabanas porque a arquiteta que tinha desenvolvido o projeto também já tinha contactado a Câmara Municipal para informar que as especialidades se encontravam prontas a entregar e, portanto, pensava que, muito rapidamente também conseguiriam executar aquelas vinte e quatro (24) habitações que estavam previstas para Cabanas e, posteriormente, para Santa Luzia -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** disse que iria começar por uma questão muito simples porque da última vez que tinha confrontado com os números tinham-lhe sido levantadas suspeitas. Tinha-se baseado no documento “*Demonstração de Desempenho Orçamental*” que não era seu mas da Câmara Municipal de Tavira e, portanto querendo livrar-se daquelas tentativas passava a ler: -----

--- “*Obras de conservação de edifícios de habitação social na Quinta das Salinas; Bairro Humberto Simão; António Pinheiro; Requalificação dos espaços exteriores; Revisão de instrumentos de planeamento; Construção de habitação a custos controlados em Santa Catarina; Obras de conservação e reparação de habitação social; Construção de habitação social a custos controlados Boavista; Remodelação dos balneários da Escola D. Manuel I; Reabilitação da Escola Secundária de Tavira; Equipamentos Informáticos para as escolas; Intervenção do Polidesportivo da Bela Fria; Ampliação do Complexo desportivo; Requalificação do espaço envolvente ao Complexo Polidesportivo da Conceição, Complexo Desportivo em Santa Luzia; Intervenção nas Piscinas Municipais*” todas com execução zero (0), e eram vinte e três (23) páginas de projetos. Tinha marcado tudo o que não tinha sido executado pelo que não valia a pena falarem em sete por cento (7%). -----

--- Os investimentos dos anos anteriores ascendiam a trezentos milhões de euros (€ 300.000.000,00) e, portanto, quando analisavam o orçamento do ano de 2024, este tinha um total de sessenta e quatro milhões e quinhentos mil euros (€ 64.500.000,00) sendo que no quadro dos investimentos constavam dezasseis milhões de euros (€ 16.000.000,00). Daqueles dezasseis milhões de euros (€ 16.000.000,00) tinham sido executados seis milhões e quinhentos mil euros (€ 6.500.000,00) o que correspondia a cerca quarenta por cento (40%) e, ainda, no corrente ano o Orçamento era de setenta e um milhões de euros (€ 71.000.000,00) e o montante no quadro para investimento era de nove milhões e oitocentos mil euros (€ 9.800.000,00). -----

--- Pretendia congratular por ser, sem dúvida, um valor mais aproximado da realidade, todavia o previsto para os anos futuros era noventa e cinco milhões de euros (€ 95.000.000,00) em investimento, pelo que, à velocidade de execução de investimento que o Município tinha no presente, levaria dezasseis (16) anos, até ao ano de 2040. -----

--- Terminou questionando como explicavam o crescimento de sete milhões de euros (€ 7.000.000,00) no orçamento e o investimento planeado baixava seis milhões e quinhentos mil euros (€ 6.500.000,00). -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o que contava e o que estavam a aprovar era um documento intitulado Execução Anual das Grandes Opções do Plano onde estavam previstos os valores para executar no presente ano. Podiam analisar vários mapas financeiros, no entanto o que estavam a discutir era o que refletia a integração dos vinte milhões de euros (€ 20.000.000,00) de Saldo de Gerência para dotar as rubricas. Não eram os que o Deputado Municipal estava a basear-se, portanto podiam fazer as considerações que entendessem e mapas financeiros eram o que eram, porém os que estavam a tratar eram os que dotavam as rubricas e acrescentavam porque estavam a zero (0) passando a terem dotação. Não eram os mapas a que o Deputado Municipal Artur Gomes se estava a referir. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** afirmou que apenas interessava o futuro, a execução. -----

--- Referiu que o Presidente da Assembleia Municipal advertia reiteradamente todas as bancadas para que não houvesse diálogo, mas a Presidente da Câmara Municipal estava constantemente a falar para o microfone pelo que pedia ao Presidente da Assembleia Municipal que adotasse uma postura neutra como tinha prometido no início da sessão e pedisse à Presidente da Câmara Municipal para esperar pela sua vez como ele tinha feito. -----

--- Dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal disse que de acordo com ela o que não era feito já não interessava, mas antes o futuro. Assim, falando em futuro tinha-se referido ali muito de publicações de Facebook, vídeos e afins, sendo que tinham gostado muito de ver uma publicação que dizia que o Município ia gastar nove milhões e oitocentos mil euros (€ 9.800.000,00) em saúde, na requalificação e ampliação do atual Centro de Saúde de Tavira, o que estavam totalmente a favor e subscreviam. -----

--- Na demonstração do desempenho orçamental, no mapa que a Presidente da Câmara Municipal não gostava que se lesse, constava uma rubrica do ano de 2022, intitulada Requalificação e Ampliação da Unidade de Saúde com uma dotação prevista para o ano de 2025 de nove milhões e quinhentos mil euros (€ 9.500.000,00), todavia na Alteração Modificativa do Orçamento, cujos mapas a Presidente da Câmara Municipal afirmava que seriam os que devia de



ler e que já tinha a inclusão do Saldo de Gerência a rubrica tinha desaparecido e dado lugar a uma intitulada “*Ampliação do Centro de Saúde de Tavira*”. -----

--- Os quadros tinham sido apresentados pela Presidente da Câmara Municipal, não tendo sido ele a inventá-los, constituíam a informação que tinham recebido e onde não constava outra rubrica sendo que aquela tinha a dotação de cento e setenta e seis mil euros (€ 176.000,00) e zero (0) para os anos seguintes. -----

Handwritten blue mark resembling a stylized '4' or 'g' with an arrow pointing towards the text.

--- No Portal da Transparência constava a referida verba PRR no valor de quatro milhões e duzentos e cinquenta mil euros (€ 4.250.000,00) para aquela intervenção, que desconhecia onde estava no Orçamento tal como o financiamento PRR, porque tendo procurado várias vezes nas últimas semanas, não tinha encontrado pelo que se a Presidente da Câmara Municipal a encontrasse num novo mapa, gostariam de ver. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, como já tinha referido, apenas eram acrescentadas as rubricas que tinham mais dotação, aquelas por onde tinham sido repartidos os vinte milhões de euros (€ 20.000.000,00) do Saldo de Gerência.-----

--- A Unidade de Consultas Externas não constava porque já estava contemplada no Orçamento inicial, devidamente dotada, sendo a razão por que se tinha lançado o concurso e estava a decorrer encontrando-se em fase de apreciação de propostas. O projeto que estava na rubrica no Orçamento de 2022 referia-se ao que haviam contratado, que tinha a mesma denominação, mas era para a elaboração do projeto técnico. Em 2022 não tinha havido execução pelo que constava zero (0) porque ou tinham liquidado tudo no ano de 2023 ou no ano de 2024, sendo que por vezes até constava duas vezes a mesma rubrica. Dava como exemplo o Contrato de Limpeza que constava em duas rubricas tendo sido aberta uma nova para o ano de 2025 que teria o acrescento de alguns números que estavam relacionados com a classificação contabilística. -----

--- Considerava que uma questão era falarem do que sabiam, outra do que desconheciam pelo que se o Deputado Municipal não percebia os mapas, teria todo o prazer em esclarecer, mas não deviam ir para a Assembleia Municipal fazer “*folclore*” quando por vezes o que acontecia era que não estavam a conseguir entender o que constava na informação e, se não quisesse que fosse ela a informá-lo por considerar que estava ali a fazer política, pediria a um técnico para explicar. -----

--- Pensava que, realmente, para a integração do Saldo de Gerência, os mapas que eram produzidos pelo programa da AIRC - Associação de Informática da Região Centro, que era o SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública, não eram muito claros e que nem todos conseguiam proceder à sua leitura, todavia tal não dava o direito de falarem mal dizendo que estava tudo a zero (0). -----

--- Concluiu dizendo que o Deputado Municipal não tinha questionado mas antes feito afirmações convictíssimas, sendo que, naquele momento, lhe tinha explicado como se liam os mapas do SNC-AP, no que se referia à integração do Saldo de Gerência que se referia apenas às rubricas por onde tinham sido distribuídos os vinte milhões de euros (€ 20.000.000,00) do Saldo de Gerência porque o restante orçamento continuava a ser conforme o aprovado. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** referindo que ia expressar-se da forma mais franca que conhecia, disse que em primeiro lugar se a informação tinha sido remetida sem estar completa era outra questão e estavam a ser referidos dois mapas diferentes, o que refletia o passado e o presente, pelo que a Presidente da Câmara Municipal tinha referido que constava nos mapas e que não interessava, mas, no momento já referia que tinham de ser lidos todos. -----

--- Acrescentou que deveria de ser de um modo ou de outro, mas se a Presidente da Câmara Municipal não tinha entregado, naquela Revisão, os mapas completos, estavam a falar de outra questão, sendo que ele preferia possuir todos os mapas para analisar. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal tinha dito que não era possível pelo que concordava que era sempre muito difícil. -----

--- Para terminar aquele tema apenas queria, sendo muito franco, dizer que desde há quatro (4) anos que ele, naquele lugar, desempenhava o seu papel de deputado municipal tentando representar os eleitores que tinham votado no PSD nas últimas eleições e, tentava confrontar a Presidente da Câmara Municipal com aquela que era a visão que tinham, a visão das pessoas que neles tinham votado, do mesmo modo que pensava que a Presidente da Câmara Municipal fazia, que era lutar por o que consideravam ser o melhor para o concelho, porém, o que não podia aceitar era que a Presidente da Câmara Municipal, nos últimos quatro (4) anos, consecutivamente nas assembleias municipais, o insultasse dizendo que ele não era sério, que estava a mentir, que não sabia ler. Pedia que a Presidente da Câmara Municipal não se risse porque considerava ser grave e não se limitava ao espaço da Assembleia Municipal pois também procedia do mesmo modo no exterior. -----

--- afirmou que sempre tinha tido o maior respeito pela pessoa da Presidente da Câmara Municipal não tecendo comentários se era boa ou má pessoa, pois nem sequer sabia nada mais do que era a Presidente da Câmara Municipal de Tavira, relativamente ao que tinha o maior respeito sendo que, apenas, o que pedia era que a Presidente da Câmara Municipal tivesse respeito por quem estava naquele lugar exercendo o seu papel e pedindo respostas. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que pretendia esclarecer que tinha respeito por todos porque se não o tivesse, fariam as questões e ela nem se incomodava de tentar responder claramente. O que estava a dizer ao Deputado Municipal era que não era possível remeter todo o



Orçamento, que já tinha solicitado à contabilidade, porque sabia que daquele modo era de difícil perceção e não tinha qualquer interesse que assim fosse, ao contrário do que gostavam de fazer parecer, que não eram transparentes ou claras. O que a contabilidade, na pessoa da sua Chefe de Divisão lhe tinha dito, era que se tratava de uma questão meramente técnica que não dependia nem dela nem da Presidente da Câmara Municipal porque apenas conseguiam extrair o relatório que tinham remetido, que se referia à integração daquelas rubricas que tinham sido dotadas pelos vinte milhões de euros (€ 20.000.000,00), ou outro valor que correspondesse ao Saldo de Gerência. -----

--- Os outros mapas que saiam conjuntamente, completavam aquela informação, mas cada um deles podia interessar ou não para uma determinada leitura, no entanto, para a integração do Saldo de Gerência, para a reprogramação das intervenções que ela tinha indicado que estavam a ser realizadas não interessava, o facto de estarem a zero (0) ou não, sendo o que tinha pretendido explicar. -----

--- Estava, pois, a tentar explicar com o maior respeito, contudo por vezes eram colocadas questões e afirmações com soberba porque também não tinham humildade para se questionarem se estavam a perceber bem ou mal. Compreendia que era política, mas pensava que não faziam política, mas politiquice e uma tentativa de desprestigiar. -----

--- Nunca tinha tecido quaisquer considerações à pessoa do Deputado Municipal Artur Gomes que, praticamente, não conhecia. Ao contrário da maioria das pessoas, como sabiam ela era muitíssimo julgada, escortinada pelo que fazia e pelo que não fazia e muitíssimas vezes as pessoas até desconheciam o que tinha feito ou porque não tinha feito, desconheciam o contexto, a razão, como por exemplo que não tinham sido pedidos pareceres, mas que na realidade já tinham sido pedidos. Eram as suas opiniões e ela, precisamente, por ser tão escortinada e por saber o quanto isso magoava, era muito tolerante, sendo que muito dificilmente tecia considerações sobre as pessoas pois pensava que tinham as suas razões, os seus motivos para agir de determinada forma. O que fazia normalmente era tentar não julgar os outros porque na sua vida pautava-se por "*Não faças aos outros o que não gostas que te façam a ti*". -----

--- Terminou dizendo que poderia ser mal-educada, ou que assim o considerassem, mas não deviam esquecer que antes, com ela, já tinham sido muito mais. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que pensava que deviam de ser humildes quando se enganavam e que, há momentos atrás, o Deputado Municipal Artur Gomes tinha mencionado a existência de duas rubricas referentes ao Centro de Saúde mas, de facto, não se tratava de duas rubricas sobre o Centro de Saúde mas do Teatro Municipal António Pinheiro, aparecendo com outra designação o que lhe tinha causado alguma confusão. -----

--- Passando ao ponto da Ordem do Dia que estavam a apreciar e que tratava da 1.^a Alteração Modificativa ao Orçamento de 2025 que tinha sido aprovado naquela Assembleia Municipal no mês de dezembro anterior, com a integração do Saldo de Gerência, compreendiam claramente que terem um Saldo de Gerência daquele montante não era agradável para ninguém. Certamente que gostariam que tivesse sido possível executar durante o exercício do ano 2024, operacionalizar tudo o que estava previsto no orçamento. -----

--- Infelizmente todos sabiam como estavam desde há três (3) anos, feitos na segunda-feira anterior, com o arranque da guerra na Ucrânia e como os mercados a nível imobiliário e construção civil se vinham a comportar além do aumento completamente inusitado e sustentado, continuado, do preço da construção. -----

--- No concelho de Tavira tinham existido casos em que os concursos tinham ficado desertos, como um processo, sobre o qual estava a comentar com a Deputada Municipal Jovita Ladeira, que já se arrastava há praticamente quinze (15) anos, por um conjunto de vicissitudes, tendo tido concursos desertos, concursos com adjudicações que o empreiteiro tinha desistido posteriormente e relativamente ao qual Câmara Municipal tinha envidado todos os esforços para que aquele investimento fosse concretizado mas tinha-se vindo a arrastar no tempo. Falava de um dos projetos apreciados no primeiro Orçamento Participativo que tinha sido desenvolvido no ano 2012 e que, até ao presente, ainda não tinham conseguido iniciar a obra, não por falta de vontade do Município, mas porque não tinha sido possível. Aquela situação replicava-se em muitas outras intervenções no concelho e em muitos outros concelhos do país, mas naquele momento estavam ali para apreciar e aprovar aquela Alteração Modificativa do Orçamento para proceder à integração daquele Saldo de Gerência de um Orçamento que iria atingir no concelho de Tavira um montante inusitado de setenta e um milhões e seiscentos mil euros (€ 71.600.000,00) sendo que, devia de sublinhar, as áreas prioritárias que o Município que de um modo pragmático, tinha resolvido que fossem as áreas a investir de uma forma mais intensa ao longo dos meses seguintes. Reiterava a forma pragmática, realista, retirando verbas de investimento que certamente não tinham a certeza de que se pudessem concretizar e colocando nas áreas onde era possível. -----

--- As obras públicas tinham prioridade máxima, nomeadamente nos domínios da valorização das pessoas, das famílias, da identidade cultural que apesar de ser um dos objetivos considerados com menor valor era o mais significativo para as pessoas, mas também a valorização e aposta na dinamização da economia do concelho. -----

--- Continuou dizendo que numa das últimas sessões da Assembleia Municipal tinham aprovado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico e de Marketing – PEDTM Tavira que naquele



momento estava já em consulta pública e também se iria realizar a apresentação pública do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) sendo naquelas áreas que deviam de focar a atenção. -----

--- Certamente que existiam muitas rubricas a nível orçamental e que chegados a abril para apreciação da Conta de Gerência e Relatório de Atividades a Presidente da Câmara Municipal não iria esconder o que não tinha sido possível realizar. Pensava que aquela transparência, aquele rigor do ponto de vista orçamental magoava muitos, mas deviam de continuar a pugnar pela defesa daqueles princípios pois apenas daquela forma era possível que o Município tivesse a capacidade de investimento que tinha, embora como a Presidente da Câmara Municipal já o tivesse referido, e devido à enorme vontade de realizar, teriam que recorrer à Banca e contrair alguns empréstimos para a concretização dos investimentos mais avultados que pretendiam executar. -----

--- Pensava que estavam no caminho certo e que o Executivo Municipal estava a cumprir o lema usado há três (3) anos atrás por altura das eleições "*Fazer acontecer*". -----

--- Concluiu dizendo que se tinha admirado que em Reunião de Câmara Municipal a oposição não tivesse votado contra aquela Alteração Modificativa, no entanto tinham tentado, naquela Assembleia Municipal, encontrar algo. O PSD na Reunião de Câmara Municipal nem tinha apresentado Declaração de Voto, que o tinha admirado e levado a procurar a sua existência, que não existia. Os vereadores do PSD apesar de não terem aprovado aquela alteração modificativa não tinham pretendido votar contra dando um voto de confiança ao Executivo Municipal para o seu desenvolvimento.-----

--- Era, pois, o que deviam de sublinhar ali naquela Sessão da Assembleia Municipal e também manifestar a votação e aprovação por parte da Bancada do PS daquela proposta apresentada pelo Executivo Municipal. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que o Deputado Municipal José Graça estava profundamente enganado pois aquando da votação do Orçamento tinham considerado todas as questões relativas à inclusão do Saldo de Gerência, como o tinham afirmado na altura, que já deveriam de estar consideradas e que, naquele momento, como se tratava de uma questão técnica tinham resolvido abster-se, tal como iriam fazer naquele momento o que não significava, nem pouco mais ou menos, a sua concordância. -----

--- Acrescentou que as comparações efetuadas pelo Deputado Municipal Artur Gomes, e bem, eram provenientes de um mapa que era da execução anterior e, o que não pretendia que voltasse a acontecer, era que quando se apostava nas pessoas fossem executados cinquenta por cento (50 %), na juventude cinquenta por cento (50 %), no desporto sessenta e um por cento (61 %) pois pretendiam que as rubricas fossem cumpridas porque à conta das pessoas, da juventude e do

desporto tinha transitado perto de cinquenta por cento (50 %) para Saldo de Gerência quando deveria de ter sido investido nas próprias rúbricas.-----

--- Concluiu dizendo que a comparação do Deputado Municipal Artur Gomes tinha estado muito assertiva e devia de ser sempre feita. -----

--- **O Deputado Municipal David Martins** disse que estava a ouvir aquele debate e após a intervenção do Deputado Municipal Artur Gomes tinha ficado triste pois considerava que, de facto *“o pior cego é aquele que não quer ver”*.-----

--- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Artur Gomes disse que bastava ler, que iria fazer chegar a informação de que dispunha, que eram algumas páginas, até porque o Deputado Municipal era uma pessoa preocupada com os tavirenses.-----

--- Tinha ficado algo perdido e como atualmente estava muito em voga, tinha consultado a inteligência artificial, o ChatGPT, e questionado se a Câmara Municipal de Tavira era bem gerida tendo obtido como resposta que a Câmara Municipal de Tavira tinha, desde o ano de 2008, implementado um sistema eficaz de contas transparentes, demonstrado financeiramente uma gestão sólida. Passava a ler: *“A gestão da Câmara Municipal de Tavira é caracterizada por um compromisso com a qualidade, eficiência financeira e envolvimento comunitário refletindo uma administração bem gerida e orientada para as necessidades dos seus cidadãos”*, pelo que se verificava que o ChatGPT também concordava que a gestão da Presidente da Câmara Municipal, Ana Paula Martins, era um sucesso.-----

--- Concluiu dizendo que nada mais tinha a acrescentar e que, naturalmente, entregaria as cem (100) medidas.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que desafiava o Deputado Municipal David Martins a questionar o ChatGPT se a EMPET e o seu défice, estavam incluídos ou ocultos.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta 23/2025/CM - Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2025 com integração do saldo de gerência que foi aprovada por maioria com quinze votos a favor dos deputados municipais Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, David Martins, Gisela Viegas, Jorge Silva, José Graça, José Manuel Guerreiro, Jovita Ladeira, Luís Filipe Silva, Maria Manuela Romão, Maria Margarida Flores, Nuno Diogo, Nuno Leonel Mateus e Sérgio Pereira e doze abstenções dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Elsa Ribeiro, Jorge Cruz, Jorge Corvo, Maria Dulce Filipe, Muriel Dias Neto, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Silvino Oliveira, Sónia Tomás e Anaísa Gonçalves.**-----

--- Passou ao ponto número dois relativo à Proposta 25/2025/CM - Regulamento de Organização e Funcionamento dos Mercados Municipais do Concelho de Tavira - Versão Final. --



--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que antes de passarem àquele ponto pretendia ainda esclarecer, para o futuro, que os mapas onde constava a Alteração Modificativa ao Orçamento eram mapas de fluxos de caixa, entre outros, sendo que o que era realmente para aquela análise era o que se intitulava “*Modificações às Grandes Opções do Plano – 1.ª Revisão*”.-----

--- Passando ao Regulamento do Mercado, como era do conhecimento geral, o Mercado Municipal tinha um Regulamento já bastante antigo, desatualizado, praticamente desde a sua abertura. Entretanto, tinham-se verificado algumas alterações legislativas que tinham resultado em algumas modificações avulsas, sendo que presentemente tinham entendido que aquele, como outros, deveriam de ser revistos e atualizados para a nova realidade. A grande diferença era que também era extensível aos mercados da Luz e Cabanas de Tavira.-----

--- Tinha sido definidas algumas questões de horários, algumas questões relacionadas com a abertura e o encerramento. Tinha sido colocado à discussão pública com algumas participações que tinham tentado integrar, tendo realizado uma reunião com todas as pessoas que vendiam no Mercado Municipal e, portanto, aquela era a versão final que apresentavam após o cumprimento de todos os tramites administrativos.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou a Proposta 25/2025/CM - Regulamento de Organização e Funcionamento dos Mercados Municipais do Concelho de Tavira - Versão Final, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Passou ao ponto número três referente à Proposta 27/2025/CM - Contrato Programa para a Limpeza Pública do Concelho de Tavira 2025-2028.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse tratar-se do novo contrato de limpeza urbana para os três (3) anos seguintes que tinha algumas alterações relativamente ao contrato anterior, nomeadamente com a inclusão de alguns circuitos e os WC públicos que tinham deixado de fazer parte do contrato dos verdes e passado a integrar o contrato de limpeza. Também tinham sido incluídos uns reforços de limpeza por força de algumas reclamações que iam recebendo e alguns espaços que, entretanto, tinham constatado que também eram públicos e, portanto, basicamente aquelas eram as grandes alterações.-----

--- O contrato tinha um valor ligeiramente superior ao anterior, mas que não era assim tão elevado porque o contrato anterior tinha merecido atualizações durante todos os anos em que tinha estado em vigor. Grosso modo, estavam a falar num valor de trezentos mil euros (€ 300.000,00) a mais.-----

--- Com o atual contrato iriam deixar de usar produtos fitofarmacêuticos para cortar as ervas de modo a não se verificarem complicações para a saúde das pessoas e animais, o que talvez

implicasse um reforço nas limpezas, particularmente no corrente ano em que chovia bastante o que potenciava o crescimento de ervas.-----

--- Concluiu dizendo que aquele controlo de infestantes, ervas daninhas seria efetuado por meios mecânicos sem nenhum outro tipo de produtos, o que também era uma inovação e resultava num custo acrescido.-----

--- **A Deputado Municipal Ana Rita Pacheco** disse que relativamente àquele Contrato-Programa para a Limpeza Pública estavam a falar num acréscimo de vinte e cinco por cento (25 %) em relação ao contrato anterior, de um milhão, setecentos e cinquenta e um mil euros (€ 1.751.000,00) e no atual, dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil euros (€ 2.346.000,00) o que resultava numa diferença de quinhentos e noventa e cinco mil euros (€ 595.000,00). Estava a referir-se aos valores de referência que justificavam o acréscimo de vinte e cinco por cento (25 %).

--- Outra questão que gostava de abordar era que em alguns casos, no que se referia à limpeza de algumas áreas, lhes parecia haver sobreposição do que tinha sido a transferência de competências para a Junta de Freguesia.-----

--- Estavam também a falar de um aumento de varredora manual e, pelo menos na periferia urbana, tinha verificado a frequência com que se tinham comprometido que era de cinco (5) vezes por semana na época baixa e seis (6) na época alta, sendo que existiam locais na periferia urbana em que aquela limpeza era efetuada apenas duas (2) vezes pelo que era importante que estivessem atentos àquelas situações. No Centro Histórico e zonas com grande afluência de pessoas a limpeza era efetuada de uma forma muito mais constante, em conformidade com o enumerado no contrato, no entanto, reforçava a necessidade de haver um maior cuidado com a varredura manual na periferia urbana.-----

--- Outra questão que lhes tinha chamado à atenção, também para terem em atenção, referia-se à limpeza na Feira de Caça e Pesca em Albufeira, conforme referido no quadro que tinham recebido "*Limpeza das instalações do Parque de Feiras e Exposições durante a Feira de Caça e Pesca*". Desconhecia se tinham conhecimento, mas a Feira de Caça e Pesca já há alguns anos que se realizava em Albufeira e não em Tavira.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o contrato anterior no valor de um milhão, setecentos e cinquenta e um mil euros (€ 1.751.000,00) continha atualizações de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor, bem como do aumento de vencimentos. Todos sabiam quais tinham sido os aumentos de vencimentos na Função Pública que também eram aplicados na Taviraverde, e todos os outros serviços, nomeadamente produtos, maquinaria, entre outros. Acrescia ainda que as amortizações de aquisição de maquinaria nova também contavam como custo e, portanto, tudo era revisto e atualizado de forma anual, como tinha acontecido com o

contrato dos verdes que tinham ali apresentado e cujo estudo económico acompanhava o contrato em anexo.-----

--- Quando as atualizações eram meramente de preços, era aplicado o Índice previsto, seis (6), dois (2) ou três (3) por cento ou o que fosse. Naquele momento a Câmara Municipal já não estava a pagar um milhão e setecentos mil euros (€ 1.700.000,00) mas, praticamente, um milhão, novecentos e setenta mil euros (€ 1.970.000,00) dado já ter sido atualizado pelo terceiro (3.º) ano.-----

--- Estavam a referir-se a um aumento na ordem dos trezentos mil euros (€ 300.000,00) que estava relacionado não apenas com as atualizações do ano de 2025, mas também com a inclusão das varreduras que já tinha referido. -----

--- Inicialmente aqueles contratos eram sujeitos a Visto do Tribunal de Contas que tinha imposto a colocação de indicadores para aferir a sua eficácia, eficiência, que apesar de presentemente já não carecerem de Visto, continuavam a monitorizar, existindo uma pessoa responsável na Divisão de Ambiente que acompanhava os contratos e tentava perceber se a Taviraverde realmente cumpria o que estava assinado. Em bom rigor, era sobre o que a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha chamado à atenção que os técnicos acompanhavam e elaboravam relatórios periódicos. De qualquer modo estariam atentos pois não era por a Câmara Municipal ter cinquenta e um por cento (51 %) da Taviraverde que iria deixar que acontecesse até porque ninguém gostava de pagar pelo que não era executado. -----

--- Quanto à Feira de Caça e Pesca, tratava-se de um lapso que já tinha sido detetado em Reunião de Câmara, em cuja votação da proposta não tinha participado, no entanto as peças processuais não podiam ser alteradas. Considerava que devia ter resultado de um “Copy, Paste” de um documento desatualizado, de uma versão anterior do contrato, porque a Feira de Caça e Pesca já há muito que não se realizava em Tavira. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias**, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, disse que gostava de perceber qual era a visão do Executivo Municipal relativamente à Taviraverde.-----

--- Referiu que acabavam por pagar cerca de dois milhões e quinhentos mil euros (€ 2.500.000,00) à Taviraverde. Do que tinha visto, não constava em lado algum quais as áreas pretendidas. Existiam uns mapas com desenhos de algumas ruas mas não tendo a quantificação de áreas, de custo por metro quadrado, gostava que fosse explicado, porque considerava que tendo em conta o valor do contrato em questão, os montantes que tinha referido deveriam de estar claros, transparente e ele não tinha conseguido encontrar, podendo constar, mas na leitura que tinha feito não tinha conseguido encontrá-los. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que os contratos com a Tavraverde não se pautavam por questões de preços unitários. O contrato era elaborado pelos preços de custo, sendo por isso que se intitulava Contrato-Programa, porque exista aquela relação resultante do facto do Município de Tavira ser proprietário da Tavraverde e, portanto, eram celebrados contratos-programa conforme o previsto na legislação no que se referia ao setor empresarial do Estado, no caso, Administração Local, que tinha legislação própria onde estavam previstos aquele tipo de contratos que tinham por base o facto de não existirem lucros, sendo os trabalhos realizados pelo preço de custo.-----

--- Normalmente tinham a ideia que se tratava de valores muito elevados, sendo que naquele contrato estava incluído o custo dos trabalhadores afetos, limpeza, varredores, os carros de limpeza, tal como no contrato dos Verdes estavam o custo com os jardineiros e outra maquinaria, contudo de acordo com um parecer, já com alguns anos, da Autoridade Tributária (AT) toda a estrutura de custos da Tavraverde, área financeira e recursos humanos, tinham que ser afetados numa determinada percentagem ao negócio da água, ao contrato dos verdes, ao contrato da limpeza e ao contrato das praias. A percentagem a imputar era equivalente ao volume de negócio para cada uma das atividades constituindo-se, por isso, como custos gerais do contrato. -----

--- Terminou informando que os valores não eram calculados com preços por metro quadrado. Era certo que podiam dizer que limpavam duzentos (200) metros lineares por um determinado valor, todavia o que pagavam à Tavraverde era o preço de custo por ser a empresa a executar a limpeza que não podia lucrar com aquele serviço mas que também não podia perder. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que a sua primeira questão resultava, porque também tinha visto o parecer da AT e percebido qual era a fórmula de cálculo, do facto de considerar que deviam de fazer contas e perceber se realmente estava a compensar, ou não, aquela solução para os habitantes de Tavira. Aquela era a razão da sua pergunta, pelo que insistia em saber qual era a visão do Município quanto à Tavraverde. Para ele, enquanto consumidor e Deputado Municipal, parecia-lhe existir demasiada depreciação para inserir num modelo de custos. Não estava a colocar em causa as contas da empresa, pelo contrário, sendo que eram auditadas por Técnicos Oficiais de Contas (TOC) e Revisores Oficiais de Contas (ROC), estando simplesmente, enquanto habitante do concelho, a colocar em causa o valor que estavam a pagar por metro quadrado de limpeza.-----

--- Terminou dizendo que era por aquela razão que gostava de saber qual a visão de futuro para a Tavraverde porque, por vezes, existiam investimentos ao longo do tempo, que compensavam.----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que a sua visão de futuro para a Tavraverde, que a responsabilizava a ela, era que a empresa devia de continuar nos mesmos moldes, de parceria



com uma empresa privada. Se passaria a cem por cento (100 %) municipal, desconhecia, pois não sabia o que aconteceria no futuro. No mês de março seguinte iria iniciar-se um novo período de renovação da parceria por mais dois (2) anos, sendo que posteriormente tinha renovações de dois (2) em dois (2) anos, cabendo à Assembleia Municipal decidir se seriam ou não renovados.-----

--- Na sua ótica, a Taviraverde executava um trabalho de excelência sendo que a maior demonstração era o trabalho que estavam a executar naquele momento, com a substituição das condutas antigas cuja maioria eram em fibrocimento. Presentemente já tinham alcançado perto de um por cento (1 %) de poupança de água, ou seja, tinham menos um por cento (1 %) de perdas.-----

--- Considerava que a Taviraverde realizava um trabalho de referência no setor onde atuava, nomeadamente na questão da água, não apenas nas perdas mas também na qualidade da água, pensando que era uma mais-valia para o território. Em termos de execução de Fundos PRR, Tavira, por força da Taviraverde, era o Município que mais execução tinha, com mais intervenções no terreno, sendo que, inclusivamente tinha uma nova candidatura para a intrusão salina que permitiria a intervenção na rede de saneamento, ter menos intrusão de água salina e que à Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Almargem chegasse uma melhor água que necessitasse de um tratamento menos dispendioso, dado que a água tinha menos salinidade, para posteriormente poder ser utilizada na rega dos campos de golfe.-----

--- Informou que a Taviraverde estava também a preparar candidatura para começar a intervenção na parte do saneamento que, em princípio, teria financiamento do Programa Operacional (PO).-----

--- Concluiu dizendo que a sua visão de futuro da Taviraverde, se seria no âmbito da parceria ou cem por cento (100 %) municipal, não lhe parecia que deviam de recuar uma vez que era uma empresa municipal que tinha vantagens relativamente aos serviços municipalizados.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou a Proposta 27/2025/CM - Contrato Programa para a Limpeza Pública do Concelho de Tavira 2025-2028 a votação que foi aprovada por maioria com quinze votos a favor dos deputados municipais Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, David Martins, Gisela Viegas, Jorge Silva, José Graça, José Manuel Guerreiro, Jovita Ladeira, Luís Filipe Silva, Maria Manuela Romão, Maria Margarida Flores, Nuno Diogo, Nuno Leonel Mateus e Sérgio Pereira e doze abstenções dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Elsa Ribeiro, Jorge Cruz, Jorge Corvo, Maria Dulce Filipe, Muriel Dias Neto, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Silvino Oliveira, Sónia Tomás e Anaísa Gonçalves.**-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que iriam passar à intervenção do público. Tinha quatro (4) pedidos de intervenção que agradecia que cada intervenção não ultrapassasse os três (3) minutos e, pelo que se apercebia pelas inscrições, existiam pelo menos três (3) sobre o mesmo assunto sendo que alguns dos assuntos, a Presidente da Câmara Municipal também já tinha respondido.-----

--- **A Múncipe Adriana Filipe Martins** disse que o assunto que pretendia abordar era o PDM uma vez que havia falta de habitação na cidade e uma elevada taxa de jovens que abandonavam o concelho por não conseguirem habitação em Tavira, pelo que era incompreensível como é que o Município estava há mais de uma década para aprovar o PDM.-----

--- A título de exemplo, tinha ali uma carta que lhe tinha sido remetida pelo Município, em 25/03/2011, referente a um pedido de construção de uma moradia unifamiliar que passava a ler: *“Informa-se que a eventual reclassificação do uso do solo no prédio em apreço será devidamente analisada em sede de revisão do PDM”*. -----

--- Disse que aquele prédio estava englobado numa zona de saneamento, que tinha água da rede pública, infraestruturas rodoviárias, e lia que o Município: *“mais informa que este processo ainda se encontra em fase inicial prevendo-se que decorra cerca de mais de um ano a obter resposta.”* Relembrou que aquela comunicação era do ano de 2011.-----

--- Continuou dizendo que passado catorze (14) anos aquela família continuava sem casa e sem resposta. Assim, dado que o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial determinava no seu artigo 199.º que os municípios deveriam de rever ou alterar os seus PDM até ao dia 31/12/2024, adaptando-se às novas normas relativas às áreas urbanizáveis ou de urbanização programada, o que não tinha acontecido, e segundo a nova Lei dos Solos iria deixar de existir a figura dos solos urbanizáveis passando a haver apenas solos urbanos ou rústicos, e todas aquelas pessoas que aguardavam a revisão do PDM para poderem ter a sua habitação ficavam sem qualquer esperança de o conseguirem porque acabava a figura jurídica dos solos urbanizáveis.-----

--- Assim, questionava qual seria a resposta que o Executivo Municipal daria àquelas situações.----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que era aquele o motivo por que ela desde 2021, altura em que tinha assumido as competências do urbanismo, não tinha aprovado o PDM porque a Lei dos Solos de 2015, não a atual, tinha acabado com a área urbanizável que, presentemente, já não existia. Atualmente havia a área urbanizável porque ainda mantinham o PDM em vigor porque já não existiam áreas urbanizáveis desde o ano de 2015. Como o PDM não estava aprovado tinham-se mantido, sendo o que ali tinham falado, naquele dia quando tinham abordado a proposta remetida para conhecimento em que a Câmara Municipal tinha pretendido manter aquelas áreas urbanizáveis para que continuasse a existir a possibilidade de construir. -----



--- O que a CCDR tinha feito, como a Lei dos Solos acabava com aquelas áreas, tinha sido dar parecer negativo a todas as propostas de expansão de aglomerados que a Câmara Municipal tinha formulado. Ela não aceitava o parecer da CCDR precisamente pela razão apontada pela Muniçipe pois se tinham saneamento, se tinha infraestrutura, se tinha água, não entendia porque a malha urbana não podia crescer em terreno contínuo. Diziam-lhe que tal apenas podia acontecer através dos planos de pormenor com efeitos registais, sendo que se o plano de pormenor integrasse cinco (5) ou seis (6) entidades demoraria seis (6) ou sete (7) anos a ser aprovado. -----

--- Não concordava com a visão que a CCDR tinha sendo a razão porque se recusava a aprovar o PDM visto pretenderem retirar terreno urbano ao Município e ela considerava que se tratavam de áreas que se enquadravam no artigo, que tinha explicado á Deputada Municipal Ana Rita Pacheco, 15.º do Decreto Regulamentar da Lei dos Solos que estipulava que eram solo urbano praticamente todos os terrenos que fechavam a malha urbana e, presentemente, a CCDR pretendia que aquelas áreas, que eram urbanizáveis, deixassem de o ser, o que não considerava viável ainda mais com o problema de habitação que existia porque quanto menos solo existisse, e era a lei da oferta e da procura, quem construía, construía menos e tendo mais procura, mais caro vendia. -----

--- O motivo da sua maior contestação com a CCDR era a Luz de Tavira porque pretendiam retirar toda a área urbanizável, inclusivamente um terreno municipal onde a Câmara Municipal pretendia construir habitação a custos acessíveis, sendo por aquela razão que o PDM não estava aprovado, porque a CCDR não tinha uma visão para o território que permitisse a sua expansão e, ela, não podia permitir que tal acontecesse e não se envergonhava, já o tendo manifestado à CCDR e não tinha qualquer problema em dizê-lo. -----

--- Afirmava que se sentia envergonhada de apresentar na Assembleia Municipal o plano do PDM proposto para aprovação pela CCDR onde não existia uma única área de expansão em locais que estavam infraestruturados e onde o investimento seria mínimo, quando estavam a discutir na Assembleia da República tornar terrenos rústicos em urbanos, que desconhecia se estavam ou não infraestruturados, o que ainda não tinha percebido bem. -----

--- Terminou dizendo que não estavam a pensar bem o território e, portanto, ia continuar a debater-se porque existiam áreas de expansão programada que não estavam previstas mas para onde havia investimentos que faziam todo o sentido porque se pretendiam ter ordenamento do território, tinham de dizer claramente e de forma que todos conhecessem, quais eram as áreas para as quais os aglomerados, no caso a Luz de Tavira, Santo Estevão e outros, se podiam expandir. Falava inclusivamente de Tavira porque a CCDR não tinha adotado a mesma postura quando tinham aprovado o Plano de Urbanização de Tavira. -----

--- Concluiu dizendo que aquela era a sua visão, a sua ideia para o território, que tentava fazer valer. -----

--- **A Muniçipe Adriana Martins** questionou qual era o plano que o Município tinha para resolver aquela questão em concreto. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que era a construção de cento e trinta (130) habitações. -----

--- **A Muniçipe Adriana Martins** especificou que se referia aos terrenos que estavam incluídos naquela situação. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o terreno da Luz de Tavira não era urbano e nem sequer estava incluído. -----

--- **A Muniçipe Adriana Martins** concordou e afirmou que iria continuar a estar. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que aquele era um terreno rústico e que nunca iria acontecer porque a CCDR, no momento, não permitia aumentar os aglomerados urbanos. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a segunda inscrição era da Muniçipe Maria do Rosário Mesquita cujo assunto lhe parecia semelhante. Tinha mais algumas questões que estavam relacionadas com a melhoria dos transportes e habitação. -----

--- **A Muniçipe Maria do Rosário Mesquita** disse que tinha ficado com a sensação de que o assunto era mais grave do que ela tinha imaginado e que não tinha qualquer solução. -----

--- Passando ao Plano de Pormenor do Perogil, questionava o que se passava com os terrenos que nele estavam incluídos, qual era, presentemente, a sua classificação. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que eram terrenos urbanos, contudo se deixasse de existir plano, passavam a rústicos. -----

--- **A Muniçipe Maria do Rosário Mesquita** disse que o plano ainda existia. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** atestou que assim era. -----

--- **A Muniçipe Maria do Rosário Mesquita** disse que se tratava de um plano que desde o seu início era inexecutável pelo que a situação era mais ou menos a mesma. -----

--- Questionou qual era a solução preconizada pela autarquia para as pessoas uma vez que o plano era inexecutável. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que quando o plano deixasse de ter validade teriam de perceber quais as alterações do novo Regime. Pensava que iria igualmente permitir que algum solo rústico se transformasse em urbano mediante determinadas condições, que não sabia quais eram as novas, pelo que teriam de verificar se alguns dos terrenos do Plano de Pormenor do Perogil teriam aquelas condições para poderem fazer aquela alteração ou não. Naquele momento não o sabia dizer. -----



--- **A Muniçipe Maria do Rosário Mesquita** disse que tal já estava definido, que eram as plantas ali faladas.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que não estava relacionado porque o Perogil não estava incluído naqueles mapas já que era urbano pela existência do Plano de Pormenor.-----



--- Dando como exemplo, podiam ter uma urbanização que estava numa área urbanizável, como era o caso de várias no Mato Santo Espírito, podendo existir ainda um terreno para a construção de um prédio que, presentemente, estava suspenso apesar de todos já terem percebido que o Mato Santo Espírito era uma área urbanizável, mas que já tinha adquirido as características de urbano, ou seja, já estava infraestruturado, tinha rede de água, saneamento e iluminação pública. Assim, o que a Câmara Municipal tinha feito tinha sido retirar o terreno daquela exceção afirmando que não ficava suspenso uma vez que já se tratava de uma área urbana.-----

--- **A Muniçipe Maria do Rosário Mesquita** concluiu que se tratava então de terrenos urbanos apesar de não ser possível construir porque o Plano era mau.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se podiam construir, porém o Plano era algo "esquizofr nico".-----

--- **A Muniçipe Maria do Rosário Mesquita** questionou se assim se tinha de manter a aguardar até ao final do ano de 2025 para que o Plano deixasse de vigorar, para que os terrenos pudessem ser transformados, se aquele fosse o caso, por exemplo, de terrenos rústicos em urbanos. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que podia ser, caso cumprissem.-----

--- **A Muniçipe Maria do Rosário Mesquita** reiterou, se tinham de esperar até ao final do ano 2025. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que assim era. Em princípio o Plano de Pormenor deixaria de ter validade com a entrada em vigor do PDM, que estava a ser revisto, encontrando-se na fase final, existindo apenas algumas divergências com a CCDR. -----

--- **A Muniçipe Maria do Rosário Mesquita** questionou sobre os procedimentos para a alteração.-

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não sabia dizer. Conhecia a Lei que estava em vigor mas como iria ser toda alterada não valia a pena estarem ali a especular. Considerava que, naquele mesmo dia, o PS e o PSD tinham acordado em algumas notas mas teria de analisar melhor, pelo que não iria estar ali a referir o que quer que fosse pois, como tinha dito apenas tinha percebido algumas situações mas não tinha ficado com a completa noção e sabia que iriam haver alterações ao Decreto-Lei n.é 117/2024. -----

--- **A Muniçipe Maria do Rosário Mesquita** disse que tinha ainda mais duas questões relacionadas com a melhoria dos transportes que considerava ser uma questão essencial para as pessoas que trabalhavam, se deslocarem, e não existiam transportes públicos, e a questão do alojamento para

as pessoas que pretendessem trabalhar em Tavira, sendo que pensava tratar-se de uma questão urgentíssima.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** afirmou que já tinha dito que o Município tentaria construir.-----

--- O que tinha ouvido naquele dia, no Telejornal, era que aquela conversão de rústico para urbano se aplicava apenas a custos controlados e habitação acessível, se iria ser assim ou não, desconhecia.-----

--- O que podia dizer era que a Câmara Municipal tinha previsto para os três (3), quatro (4) anos seguintes era a construção de cerca de cento e trinta (130) novas habitações do parque público que não seriam todas habitações sociais. Tinham contemplado alguma habitação porque tinham ainda alguns agregados no âmbito do 1.º Direito, pessoas que viviam em situações menos dignas, e iriam também construir algumas para arrendamento acessível que, em princípio, seria a segunda fase do Sítio da Boavista, pelo que estavam a contribuir esperando que os privados também pudessem considerar que aquela construção podia ser também uma prioridade sendo que já tinham pedidos de alguns terrenos, já estavam a contemplar alguns prédios, no caso, para custos controlados, para alguns loteamentos que tinham aprovado e que iriam construir como compromissos urbanísticos.-----

--- Aquela era uma solução, sendo que a Câmara Municipal tinha previstos cento e trinta (130) fogos aos quais a Luz de Tavira, num terreno que por vontade da CCDR deixaria de ser possível pois consideravam que todos os terrenos urbanizáveis tinham de deixar de existir, pelo que iriam tentar, pelo menos através daquela alteração ao RJIGT, ir faseando e construindo tanto a Câmara Municipal ou através de parcerias com privados.-----

--- Relativamente aos transportes públicos, presentemente tinham na cidade o Sobe e Desce que era financiado pelo Município sendo que pretendiam melhorar o contrato de concessão ou prestação de serviços a celebrar, nomeadamente, o número de carreiras, a dimensão, entre outras, e terem meios de transporte menos poluentes.-----

--- A Comunidade Intermunicipal do Algarve (CI-AMAL) estava a lançar uma nova concessão para o transporte rodoviário que poderia originar a possibilidade de existirem mais carreiras.-----

--- Quanto ao transporte ferroviário, ainda não sabia, mas esperava que com a eletrificação da linha também pudessem ter mais horários de comboios mas efetivamente a mobilidade no Algarve era uma das questões que também devia de ser vista de um ponto de vista mais estratégico.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** cedeu a palavra ao Munícipe Hugo Conceição.-----



--- O **Município Hugo Conceição** disse que pretendia abordar um tema que não era muito glamoroso. Queria falar de lixo. Referiu que gostava de chamar à atenção do Município para uma situação que se repetia cada vez mais no Município, que era a utilização dos espaços conjuntos dos contentores de reciclagem, de lixo, para depósito de tudo o que pudessem imaginar como por exemplo, resíduos de exploração agrícolas com tubagens, sacos de adubo, químicos, frascos de químicos diversos, entulho de obras, restos de materiais, produtos de limpeza de casa, eletrodomésticos, mobílias completas, encontrava-se de tudo. Aquela situação tinha vários impactos, nomeadamente ambiental com a poluição dos solos, poluição da água, poluição visual e degradação urbana, problemas de saúde pública, ratos, pestes, pragas, riscos de incêndio e contaminação, desperdícios até de recursos que eram recicláveis e podiam vir a ser usados. -----

--- Continuou dizendo que podia dar maus exemplos junto à sua casa na zona da Quinta da Sinagoga, junto a uma paragem de autocarro onde dezenas de crianças apanhavam o autocarro. Aquela paragem estava em más condições, mas aquele não era o caso no momento, sendo que mesmo junto ao Cemitério de Santo Estevão existia lixo não havendo qualquer respeito pelos antepassados que ali descansavam.-----

--- Assim, tendo consciência que a Taviraverde era a responsável por grande parte da gestão dos resíduos, gostava de colocar três (3) questões. -----

--- Pretendia saber se o Município tinha planeadas algumas ações de sensibilização da população relativas àquele tipo de situações; se existiam ações concretas para as impedir e qual era a melhor maneira que, enquanto cidadãos e participantes na comunidade, podiam denunciar aquele tipo de ocorrências, a quem e o que podiam fazer para identificar os culpados de modo que fossem penalizados. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que relativamente à primeira questão a Taviraverde fazia a recolha de resíduos urbanos, todavia existiam os resíduos diferenciados, vulgo, recicláveis, plástico, cartão e vidro, cuja competência era da ALGAR que fazia a recolha em alta, geria o aterro e também tratava dos indiferenciados. -----

--- A ALGAR era uma empresa pública cujos municípios eram sócios, porém desde o ano 2015 o Estado tinha-a concessionado ao Grupo EGF. Considerava que presentemente o serviço que prestava a toda a região não era muito bom.-----

--- Os municípios vinham em todas as assembleias gerais a manifestar o seu desagrado quanto à qualidade inexistente do serviço. Já tinham apresentado queixas à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), ao Ministério do Ambiente que era quem tinha concessionado aquela competência e, em bom rigor, o que a ALGAR alegava era que cumpria os objetivos da concessão. -----

--- No ano de 2015 tinha sido formalizada a concessão sendo que a ALGAR se tinha comprometido com um conjunto de objetivos de recolha que, presentemente, eram todos superados porque o Algarve no ano 2015 não era o mesmo que em 2025, pelo que a concessão nos moldes existentes não servia. -----

--- Em situações mais graves a Câmara Municipal acabava por pedir ajuda à Tavorverde que recolhia o lixo e transportava-o para as instalações da ALGAR, muitas vezes para a Senhora da Saúde. -----

--- Quanto ao que podiam fazer, pensava que primeiramente deveria de partir de cada um porque a Tavorverde tinha recolha de monos. Sabiam que existiam eletrodomésticos e determinados materiais cuja deposição não devia de ser efetuada naqueles locais pelo que considerava que a sua não deposição passava muito pela capacidade de cidadania de cada um que devia de estar mais vincada em todos. -----

--- O Município podia sempre realizar ações de sensibilização para que as pessoas fizessem mais reciclagem, mas o que era facto era que assistiam a duas situações. Normalmente no verão e na parte mais urbana quando os contentores estavam cheios as pessoas colocavam o lixo ao lado, no exterior da malha urbana o que acontecia era que as pessoas iam colocar tudo durante a noite. ---

--- Reiterou que podiam fazer campanhas de sensibilização e que existiam coimas, que não eram muito baixas, para as pessoas que fossem apanhadas em flagrante ou se, de alguma maneira, se apercebessem que estavam a praticar aquele ato. -----

--- Relativamente à segunda questão, o que podiam fazer, se tinham monos para entrega, era telefonar à Tavorverde e agendar a recolha ou, proceder à sua entrega na ALGAR, na Senhora da Saúde, onde se localizava também um posto de recolha, conforme faziam as juntas de freguesia porque as pessoas lhes pediam. A Junta de Freguesia fazia aquele serviço mas os privados também o podiam fazer, pelo que, apesar de poderem fazer campanhas de sensibilização, aquela atitude dependia de cada um, e da capacidade de conseguirem apanhar algumas pessoas em flagrantes para aplicarem as coimas e moralizar mais. -----

--- Estavam a tentar criar alguns centros de recolha de proximidade nas freguesias, cujo projeto até tinha aviso aberto para a apresentação de candidaturas, estando a tentar identificar alguns espaços onde as pessoas pudessem depositar o lixo, sendo que iriam articular com a Tavorverde a recolha, uma vez que a ALGAR nem sempre conseguia dar a resposta que desejavam. -----

--- Concluiu dizendo que era o que tinham pensado embora talvez não conseguissem avançar em alguns dos espaços que tinham sido identificados porque já tinham projetos previstos, mas iriam avançar com aquela operação até porque existia aviso aberto para a apresentação de candidaturas. -----



--- O **Munícipe Hugo Conceição** disse que existiam locais que estavam claramente identificados e que eram repetidos, que a Taviraverde ia limpar constantemente, mas continuava a acontecer, o que, simplesmente não era aceitável, especialmente aquele da Quinta da Sinagoga que se localizava ao lado do local onde as crianças apanhavam o autocarro e todas as semanas tinha uma montanha de lixo.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à **Munícipe Inês Ramos Mesquita**.-----

--- A **Munícipe Inês Mesquita** disse que uma das questões que queria colocar era sobre o Plano de Mobilidade. Tinha consultado o Site Acompanha + que informava que estava a ser finalizado, pelo que gostava de saber o ponto de situação. De alguma maneira, tinha participado em algumas questões relacionadas com o Plano de Mobilidade tendo ficado conversado a realização de algumas reuniões que, estando o Plano a finalizar, não se tinham realizado, pelo que estava curiosa por saber se iriam acontecer ou não.-----

--- Outra questão, estava relacionada com o Caminho dos Picoitos cuja intervenção tinha visto estar programada para 2025, tendo passado de 2024 para 2025. Parecia-lhe ter visto que se encontrava em concurso pelo que iria aguardar, esperando que fosse adjudicada, no entanto no Acompanha + referia que já estava executada. Provavelmente seria um erro porque não estava executada, mas antes lançado o procedimento de contratação.-----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** disse que nunca tinham tido um concurso para pavimentações deserto, pelo que considerava que tal também não iria acontecer com aquele.-----

--- A **Munícipe Inês Mesquita** referiu que a outra questão estava relacionada com o Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT), com o Pólo de Inovação para Alimentação Sustentável e o Centro de Competências para a Dieta Mediterrânica, pelo que gostava de saber o ponto de situação quanto ao futuro do CEAT e dos vinte e sete (27) hectares. Desconhecia se estava alguma coisa em curso, se a rega iria ser reparada tal como o edifício principal que se tinha conseguido fundos PRR.-----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** disse que o Plano de Mobilidade estava com ela, assumindo a culpa quando a tinha. Iriam introduzir algumas alterações que tinham resultado da pré-apresentação que já tinham feito, para ser colocado à discussão pública, cerca de trinta (30) dias e posteriormente seria apresentada a versão final na Assembleia Municipal.-----

--- Quanto ao Caminho dos Picoitos o procedimento para a empreitada estava lançado pelo que acreditava que seria adjudicado e que a empreitada se iniciaria dentro de dois (2) meses.-----

--- Relativamente ao Polo de Inovação e o Centro de Competências, como sabiam, era uma parceria com o Ministério da Agricultura. Sabia que o edifício iria ser alvo de uma intervenção PRR e, pelo que o Presidente da CCDD lhe tinha dito, pensava que também já estava adjudicada a

intervenção do Polo de Inovação que se relacionava com uma parceria que se tinha criado mas que, presentemente, pensava ter perdido todo o fulgor. Também lhe parecia que não era aquela a estratégia do atual Ministério da Agricultura para o espaço. O Ministro de Agricultura tinha realizado uma visita, dado algumas indicações à CCDR, pelo que não lhe parecia que fosse por aquela via, tendo até falado, eventualmente, na possibilidade de se concessionar aquele espaço para áreas mais ligadas à hotelaria ou à restauração.-----

--- Desconhecia qual era a ideia e também não pretendia falar muito sobre o tema por considerar que não tinha sido amadurecido, resultando apenas de uma conversa muito informal, mas não lhe parece que o caminho do Polo de Inovação fosse no sentido de prosseguir com a estratégia.-----

--- Obviamente que tinha falado do Centro de Competências pois gostaria mesmo que houvesse um espaço físico para o Centro de Competências e onde pudessem realmente desenvolver alguma investigação e algumas questões na área da Dieta Mediterrânica.-----

--- Concluiu dizendo que não tinha recebido nem uma resposta positiva nem negativa. Pensava que na reabilitação do espaço e na refuncionalização do edifício poderiam ainda conseguir reativar os projetos mas já não lhe parecia que a estratégia do Ministério fosse naquele sentido, nomeadamente o Polo de Inovação que era muito vocacionado para a alimentação.-----

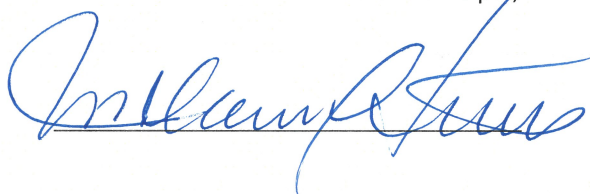
--- O Presidente da Assembleia Municipal passou à leitura da Ata em Minuta que foi aprovada por unanimidade dos presentes uma vez que a Deputada Municipal Maria Dulce Filipe tinha deixado a sala pelas zero horas e onze minutos. -----

--- Disse que a Assembleia Municipal estava concluída. Agradeceu a todos quantos tinham colaborado para que a Assembleia Municipal tivesse decorrido da melhor forma possível. Tinham tido um pequeno problema com o início da transmissão, com o som e imagem, que também tinha tido alguns cortes, que iriam tentar melhorar, sendo que certamente que os técnicos iriam tentar fazer o melhor.-----

--- Reiterou os agradecimentos a todos os envolvidos, desde o secretariado de apoio, aos funcionários da biblioteca, aos técnicos e aos deputados municipais pela disponibilidade do debate.-----

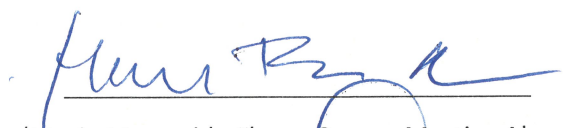
--- Deu por encerrada a sessão pelas zero horas e vinte e sete minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

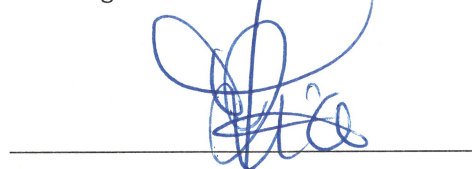


(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,



(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)



(Muriel Cristina Dias Neto)



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Clube Recreio e Desporto Santaluziense

A formação de júniores da coletividade tavirense Clube Recreio e Desporto Santaluziense sagrou-se campeão da Liga Algarve Futsal Juniores Masculinos, consolidando o seu ascendente na competição, após dominar a 2.ª fase do Play-Off a equipa do Portimonense.

Nesta competição dinamizada pela Associação de Futebol do Algarves, as diversas equipas do clube de Santa Luzia tem vindo a demonstrar através dos resultados obtidos os frutos de um trabalho desenvolvido nesta modalidade de forma séria e sustentável, coroando com sucesso o empenhamento dos órgãos sociais, das equipas técnicas e praticantes de Futsal.

Nesta, como noutras modalidades que obtiveram resultados brilhantes nas mais diversas competições ao longo dos últimos meses, tornam-se evidentes os resultados decorrentes do investimento continuo do Município de Tavira na promoção da atividade desportiva e recreativas, não só através do Programa de Promoção da Atividade Física e dos apoios financeiros atribuídos às modalidades amadoras, mas também na conservação e manutenção das infraestruturas desportivas do Municípios e das entidades parceiras.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Sublinhamos, pela sua recente conclusão, a substituição do relvado sintéticos do Campo de Jogos do Ginásio Clube de Tavira, bem como à demolição da bancada central e instalação de bancada amovível permitindo a sua plena utilização pelas clubes do concelho e melhorando as condições para os assistentes.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 26 de fevereiro de 2024, delibera:

1. Aprovar um Voto de Congratulação pelos êxitos desportivos da Clube Recreio e Desporto Santaluziense, felicitando os seus desportistas e familiares, equipas técnicas, dirigentes e associados e adeptos.
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à direção do Clube Recreio e Desporto Santaluziense, e para conhecimento a divulgação à Câmara Municipal de Tavira e à Associação de Futebol do Algarve, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Assembleia Municipal de Tavira, 23 de fevereiro de 2024,

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

SAUDAÇÃO

Saudação ao processo de desagregação de freguesias e às Freguesias da Luz de Tavira, Santo Estevão, Conceição e Cabanas

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tavira saúdam a aprovação na Assembleia da República da reposição de 302 freguesias por desagregação de uniões de freguesias criadas pela reforma administrativa de 2013, que contou na altura com a oposição imediata ao processo de agregação por parte dos autarcas do PS e que teve agora os votos favoráveis do PS, PSD, BE, PCP, Livre e PAN, e ainda do CDS-PP, o voto contra da Iniciativa Liberal (IL) e a abstenção do Chega na generalidade, na especialidade e em votação final global.

Esta aprovação só foi possível, porque no anterior Governo do Partido Socialista foi aprovada a Lei 39/2021 de 24 de junho, que possibilita a criação, modificação e extinção de freguesias.

No nosso concelho, manifestamos a nossa enorme satisfação pela aprovação das desagregações das freguesias da Luz de Tavira e de Santo estevão e da Conceição de Tavira e Cabanas de Tavira, e reconhecemos o trabalho determinado e competente de todos os envolvidos na preparação e apoio nos respetivos processos administrativos e das aprovações por unanimidade que aconteceram nas respetivas Assembleias de Freguesia e nesta Assembleia Municipal, que nos termos da lei, eram as entidades intervenientes no processo.

Saudamos a posição pública de congratulação à população destas freguesias, emitida por parte executivo municipal liderado pela presidente Ana Paula Martins, de ter sido respeitada a vontade das populações de recuperarem a sua autonomia territorial e administrativa e a afirmação de que a



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

proximidade de resposta aos cidadãos é a melhor forma de uma democracia que se quer atual e participativa.

No dia de hoje, em que após conhecido o Veto ao processo do Senhor Presidente da República, se sabe que o mesmo vai ser reapreciado na Assembleia da República no próximo dia 5 de março, e face às posições que os partidos políticos já assumiram publicamente no sentido da confirmação do diploma vetado e assim se garantir a aprovação final e a obrigatória promulgação pelo Sr Presidente da República, queremos a enaltecer e saudar a posição imediata do Partido Socialista, que antes de todos, foi a primeira força política no Parlamento a afirmar que iria confirmar o diploma para que ele possa entrar em vigor, cumprindo-se a vontade das populações.

A Assembleia Municipal, reunida na sua sessão de 26 de Fevereiro, delibera:

1. Aprovar um Voto de Saudação ao processo de desagregação de freguesias e às Freguesias da Luz de Tavira, Santo Estevão, Conceição de Tavira e Cabanas de Tavira;
2. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta aos Senhores Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Presidentes dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República e, para conhecimento e divulgação à Câmara Municipal de Tavira, às juntas das Freguesias e Uniões de Freguesia do concelho de Tavira e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Assembleia Municipal de Tavira, 23 de fevereiro de 2025

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE REPÚDIO

Contra o Sectarismo e Discriminação Veiculados pela Bancada do Partido Chega, na Sessão Plenária da Assembleia da República, ocorrida no dia do 13 de fevereiro de 2025

Temos vindo a assistir a condutas praticadas por aqueles cuja agenda política é só uma: corroer, descredibilizar e minar a confiança nas instituições democráticas com o objeto final de as fazer implodir. É uma Direita Radical e Populista que assume posições Xenófobas, Racistas e Sectárias.

Quem acredita nos princípios e valores da Democracia não pode ficar indiferente a esta deriva oculta numa ténue cortina defumo.

Por considerarmos extremamente grave o que se passou na Sessão Plenária da Assembleia da República no passado dia 13 de fevereiro, em que uma Deputada do Partido Socialista, legitimamente eleita, foi vilmente ofendida por outra deputada do Grupo Parlamentar do Chega, por ser portadora de deficiência física;

Por, depois deste soez ataque, as ofensas terem sido continuadas, por vários outros deputados do mesmo Grupo Parlamentar, que – de forma audível - escalaram e estenderam, para níveis inaceitáveis e desprezíveis, o ataque verbal não só à deputada ofendida, mas também a outros parlamentares que, entretanto, saíram em sua defesa;

Por, ao ofenderem uma Parlamentar competente – que se constitui como exemplo por se dedicar à causa publica, de forma integra e abnegada, apesar das condicionantes que lhe advêm do facto de ser portadora de deficiência física – estarem a ofender todos os portadores de deficiência;



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Por inundarem a Assembleia da República – que é por excelência o símbolo máximo do Estado Democrático – de injúrias e de indignidades que frequentemente resvalam para questões de carácter em violação da própria Constituição da República Portuguesa;

Por, como políticos de maior proximidade, termos a percepção do quanto o episódio ocorrido chocou a esmagadora maioria da nossa população;

Por o Poder Local Democrático ser, na maioria das vezes, exemplo de criação de políticas públicas inclusivas e devermos todos pugnar por políticas públicas ativas no respeito das pessoas com deficiência;

Por tudo isto ser verdadeiramente inaceitável em qualquer assembleia democrática, seja ela escrutinadora do poder local ou do governo do país, mas absolutamente interdito na casa da Democracia, que é, por natureza, a casa do Povo português;

Por não quisermos voltar a sentir a vergonha alheia sentida pela baixeza do nível que atingiu o debate parlamentar nesse dia;

Por este conjunto de razões, mas também pelas que – tamanha é a indignidade do comportamento da Deputada, em particular, e do Grupo Parlamentar do Chega, em geral – são dizíveis, mas que têm de ser travadas;

Finalmente porque todos somos responsáveis pela maturidade, qualidade e dignidade da Democracia, impõe-se que os autarcas deste país se manifestem contra o sucedido e exijam ao Sr. Presidente da Assembleia da República um pedido de desculpas aos Portugueses.

Assim, a bancada do Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal se manifeste, através da votação favorável deste Voto de Repúdio e que, posteriormente, a faça chegar ao Senhor Presidente da Assembleia da República e aos demais Grupos Parlamentares, como forma de dar corpo ao que, acreditamos, serem os sentimentos de vergonha, de embaraço e de absoluta discordância que perpassam pela esmagadora maioria da população do nosso concelho face ao ocorrido, no dia 13 de Fevereiro de 2025, no Parlamento, exigindo que o Presidente da Assembleia da República apresente um pedido de desculpa pelo sucedido, ao Povo Português.

Assembleia Municipal de Tavira, 23 de fevereiro de 2025

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



Assembleia Municipal de Tavira

26 de Fevereiro de 2025

Declaração de voto

Voto de Desagravo do Partido Socialista:

A bancada do grupo municipal do Partido CHEGA vota contra o voto de desagravo do partido socialista no período antes da Ordem do Dia.

Após cuidada análise do já melhor identificado documento o mesmo carece de factualidade verdadeira e, no nosso entendimento, extrapola as competências da Assembleia Municipal. Não se pode aceitar que um documento sobre factualidade do quotidiano da Assembleia da República que em nada se refere ou dirige ao município de Tavira em concreto deva ser levado a votos nesta Assembleia Municipal, estando a bancada do grupo municipal de Tavira do partido CHEGA em profundo desacordo com a decisão do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respectiva mesa em permitir que se vote um documento e assunto que viola o disposto no artigo 26.º, no seu número 2, do Regimento da Assembleia Municipal de Tavira 2021-2025, bem como o artigo 82.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro.

Mas mais, é nossa opinião que este documento tenta ser altamente desrespeitoso não só para com o Partido CHEGA, bem como no seu pedido



por considerar a actuação do Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República perante o sucedido em plenário no passado dia 13 de Fevereiro de 2025 insuficiente e deficiente.

Tavira, 26 de Fevereiro de 2025

Pela bancada do grupo municipal do Partido CHEGA,
A Deputada Municipal,



(Anaísa Gonçalves)